



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI UNIVATES
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO NO BRASIL E NA ARGENTINA:
UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA AGENDA DOS ODMs A PARTIR
DO MODELO DE COALIZÃO DE DEFESA**

Graziela Johann Reckziegel Nunes

Lajeado, novembro de 2017

Graziela Johann Reckziegel Nunes

**A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO NO BRASIL E NA ARGENTINA:
UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO DA AGENDA DOS ODMs A PARTIR
DO MODELO DE COALIZÃO DE DEFESA**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão II, do Curso de Relações Internacionais, na Universidade do Vale do Taquari Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Ma. Cíntia Agostini

Lajeado, novembro de 2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família. Em especial a minha mãe, Rozi Johann, que sempre esteve presente, me proporcionando todo o suporte necessário para que eu evoluísse como pessoa, profissional e estudante. Ao meu pai, Alexandre Reckziegel Nunes, por seu carinho e atenção incondicional. E aos meus irmãos, Rodrigo Johann Reckziegel Nunes e Guilherme Johann Reckziegel Nunes, que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando, auxiliando e participando de momentos inesquecíveis.

Agradeço ao João Batista da Fontoura Marques, pela grande contribuição na minha vida acadêmica, profissional e pessoal.

A Universidade do Vale do Taquari Univates, por dispor de um espaço que incentiva o estudo e o desenvolvimento criativo, bem como pela disposição de um curso de qualidade.

A minha orientadora, Cíntia Agostini, por todos os ensinamentos proporcionados, pela paciência no processo de conclusão do curso e pelo carinho.

Também agradeço aos demais professores que foram essenciais nesta caminhada. Aos meus amigos, que sempre estiveram comigo, me proporcionando momentos incríveis. Ao Rotaract Club Venâncio Aires, por fazer com que eu percebesse que juntos podemos mais e fazemos a diferença no mundo.

Agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram nesta jornada e na construção do que sou hoje. Guardo todos em meu coração.

RESUMO

Nos anos 2000 a Organização da Nações Unidas (ONU) liderou um movimento com o objetivo de diminuir a extrema pobreza. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), foi o meio pelo qual a organização expressou as ações que deveriam ser tomadas para sanar as preocupações mundiais do milênio, momento em que 191 países se comprometeram com a causa. Nesta perspectiva, a monografia a seguir tem como objetivo identificar se a ONU de fato inseriu seus valores e crenças, através das metas propostas, nas agendas de políticas públicas do Brasil e da Argentina, países escolhidos para serem analisados. Ou seja, como o modelo de coalizão de defesa das políticas públicas inseriu os ODMs nas agendas e na formulação das políticas públicas nos referidos países. Para tanto, foram feitas abordagens teóricas sobre os temas envolvidos, foram investigados, através da análise teórica metodológica do modelo de coalizão de defesa, a formação da agenda de cada país, bem como os resultados obtidos pelos mesmos. Feito o estudo, foi concluído que a organização inseriu suas crenças nas agendas de ambos os países, porém, que esta inserção foi assimétrica, fato este que representa os interesses de cada país.

Palavras-chave: Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Formação da Agenda de Políticas Públicas. Modelo de Coalizão de Defesa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A dinâmica de policy-oriented learning	16
Figura 2: Diagrama do Modelo de Coalizão de Defesa	18
Figura 3: Agenda de Compromissos ODM: 2013-2016	29

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de escolarização líquida do ensino fundamental – Brasil – 2000/2015.....	32
Gráfico 2: Taxa de Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos – Brasil – 2000 a 2015.....	35
Gráfico 3: Taxa de Mortalidade de Infância de 2000 - 2015	35
Gráfico 4: Evolução de Gases de Efeito Estufa.....	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Processo das políticas públicas.....	12
Quadro 2: Objetivos, metas e indicadores dos ODM.....	22
Quadro 3: Distribuição de pessoas de 25 anos ou mais de idade de acordo com o nível de estudo e o gênero	33
Quadro 4: Distribuição percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por tipo de abastecimento de água.....	38
Quadro 5: Distribuição percentual de moradores em domicílios permanentes pelo tipo de esgotamento sanitário.	39
Quadro 6: Participação feminina na Câmara de Deputados e Senadores	47

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
1.1 Procedimentos Metodológicos.....	7
2. NOÇÕES GERAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O MODELO DE COALIZÃO DE DEFESA.....	9
2.1 Política Pública: Definição e aplicabilidade	9
2.2 Formação de agenda pública	13
2.3 Modelo de coalizão de defesa como análise de formação da agenda pública	15
3. A ONU E A PROPOSTA DE AGENDA DOS ODMS.....	20
3.1 A Organização das Nações Unidas: seus princípios e concepções.....	20
3.2 Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) como proposta de ação dos países signatários.....	21
3.2.1 As diversas percepções dos ODM's.....	26
3.3 O Brasil e a Formação da Agenda de Políticas Públicas a partir do Modelo de Coalizão de Defesa	28
3.4 A Argentina e a Formação da Agenda de Políticas Públicas a partir do Modelo de Coalizão de Defesa	42
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS.....	56

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre as políticas públicas tem ganho notório crescimento nas últimas décadas. Segundo Souza (2006), isto se deve por fatores como as novas visões em relação a função do Estado, a crescente adesão de políticas restritivas de gastos, em especial por países em desenvolvimento e a dificuldade, principalmente destes países, de formar coalizões de políticas eficientes para formular e implementar as políticas públicas.

Dentro do campo de análise das políticas públicas, se destaca o estudo das fases, ou ciclos, das mesmas. A primeira fase deste processo é compreendida pela formação da agenda, neste momento é definido se o problema será efetivamente incluído na agenda política ou não. Para melhor compreensão deste processo inicial, diversos autores desenvolveram modelos teóricos de formação de agenda, que serão abordados brevemente ao longo do trabalho. Dentre estes modelos, o modelo de coalizão de defesa, escolhido para analisar a presente pesquisa, assume que as crenças, os valores e as ideias são aspectos importantes a serem considerados no processo de formação da agenda, pois cada ator, dentro da coalizão, tem o objetivo de favorecer seus interesses na tomada de decisão (VICENTE; CALMON, 2011).

Nesta perspectiva, o estudo da formação da agenda internacional, desenvolvida através de organizações internacionais é um dos temas que será abordado no presente trabalho. Para tanto, será utilizada a agenda proposta pela Organização das Nações Unidas no ano de 2000, momento em que 191 países

aprovaram a Declaração do Milênio, documento que deu origem aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Este fato representou o comprometimento global pelo desenvolvimento, visto que diversos países assumiram o compromisso com metas e indicadores que proporcionariam uma perspectiva compartilhada para o desenvolvimento da comunidade internacional (IPEA, 2014).

A partir desta concepção, o presente trabalho tem como objetivo identificar se a Organização das Nações Unidas de fato inseriu seus valores e crenças, através da agenda proposta pelos ODMs, nas agendas de políticas públicas do Brasil e da Argentina, países escolhidos para serem analisados no presente trabalho.

Diante do exposto, o presente trabalho buscou responder a seguinte questão: A ONU, via ODMs, contribuiu na formação da agenda das políticas do Brasil e da Argentina?

Para atender ao problema de pesquisa, foram determinados os seguintes objetivos específicos: discutir a formação da agenda pública e o modelo de coalizão de defesa; apresentar a Organização das Nações Unidas e a proposta de agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; analisar a formação da agenda do Brasil e da Argentina no período compreendido pelos ODMs; e, por fim, apresentar, brevemente, a proposta de agenda 2030 da ONU, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para tanto, o presente trabalho é dividido em quatro capítulos. Sendo que o primeiro contém a introdução da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados, com o objetivo de apresentar o trajeto percorrido e os recursos utilizados. O segundo trata de discutir o tema das políticas públicas como seus aspectos conceituais, sua definição e aplicabilidade. No mesmo capítulo é apresentado o tema da formação de agenda pública e do modelo de coalizão de defesa. Em seguida, são trabalhados a apresentação da Organização das Nações Unidas, e da proposta de agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, bem como a formação da agenda de políticas públicas no Brasil e na Argentina, de acordo com o objetivo da pesquisa. E por fim, o capítulo quatro compreende a conclusão da pesquisa, contendo as considerações finais e os principais resultados obtidos com o estudo proposto.

1.1 Procedimentos Metodológicos

Neste breve capítulo expõem-se os aspectos metodológicos da pesquisa, com o intuito de demonstrar o caminho percorrido, os recursos utilizados e os atores do presente trabalho.

Assim, o objetivo geral da pesquisa tem caráter explicativo, pois possui em suas preocupações principais constatar as causas e os motivos que geram ou que colaboram para que ocorra o fenômeno estudado (GIL, 2002). Esta pesquisa procura analisar a formação da agenda das políticas públicas no Brasil e na Argentina, de modo a identificar e explicar a influência da proposta da ONU através dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, na formação da agenda destes países.

Para tanto, essa pesquisa se caracteriza tanto como qualitativa como quantitativa. A perspectiva qualitativa procura entender o fenômeno através de uma abordagem subjetiva. A partir da classificação e organização das informações, de modo que seja possível tirar conclusões a partir destes dados (GIL, 2002).

Esta é uma pesquisa qualitativa pois explica a formação das agendas públicas no Brasil e na Argentina, a partir de programas vinculados aos ODMs. Ou seja, explica a influência da ONU na formação da agenda dos países referidos.

A pesquisa também possui caráter quantitativo pois, através dos dados quantitativos é possível interpretar os números, sejam eles provenientes de recursos e de técnicas estatísticas, associados a relação causa-efeito do fenômeno estudado, (PRADANOV; FREITAS, 2013).

A análise dos dados é imprescindível na presente pesquisa, pois através dos mesmos é possível identificar se houve adesão, ou não, nas áreas propostas pelos ODMs.

Em relação aos procedimentos técnicos, foram utilizados a pesquisa bibliográfica e documental. O primeiro método se refere a todo material publicado em relação ao assunto estudado, seja através de livros, artigos, pesquisas, entre outros.

Já o segundo se refere a pesquisa feita através de materiais que não receberam nenhuma alteração, ou seja, fontes primárias. (MARCONI; LAKATOS, 2003).

A coleta de dados é a fase da pesquisa de investigação e obtenção dos dados da realidade através da aplicação das técnicas selecionadas. Neste trabalho, a coleta de dados foi feita através da pesquisa e análise documental e bibliográfica acerca dos temas propostos. Para tanto, foram consultados os relatórios de acompanhamentos dos ODMs de ambos os países, *sites* oficiais de órgãos públicos dos mesmos, relatórios publicados pela ONU e por organizações vinculadas a mesma e pesquisas e artigos publicados sobre os temas abordados.

Os dados quantitativos foram analisados através do tratamento estatístico dos dados obtidos (GIL, 2002). Já os dados qualitativos foram analisados através do conteúdo exposto, da descrição e interpretação dos documentos utilizados, resultando em uma compreensão que vai além de uma leitura comum (MORAES, 1999).

Para finalizar, a perspectiva teórico-metodológica do presente trabalho é caracterizada pelo modelo de coalizão de defesa, que busca entender e classificar as decisões dos atores, e identificar os fatores e recursos que influenciaram as decisões dos mesmos e o efeito que estas decisões causaram.

As limitações do método utilizado nesta pesquisa estão relacionadas a parcialidade dos dados obtidos e das informações analisadas. Ou seja, nem todas as referências foram consultadas, nem todos os programas foram analisados para justificar a influência da ONU nos programas públicos e, por fim, trata-se de uma análise parcial pois são discutidos somente dois países, Brasil e Argentina. No entanto, todas as informações acessadas foram analisadas a partir da pesquisa explicativa.

2. NOÇÕES GERAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E O MODELO DE COALIZÃO DE DEFESA

Este capítulo procura fazer uma breve apresentação sobre os temas acerca do conceito das políticas públicas, partindo da noção de política e suas dimensões, até o entendimento das concepções. Além disso, o capítulo busca apresentar o modelo de coalizão de defesa, para uma melhor compreensão do modelo de análise proposto.

2.1 Política Pública: Definição e aplicabilidade

O conceito de política é bastante abrangente e não possui um consenso na literatura. Originalmente se referia aos estudos relacionados as esferas do Estado, depois recebeu uma divisão entre expressões como “ciência política”, “filosofia política”, entre outras, e após, passou a se referir ao conjunto de atividades exercidas pelo Estado (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1998).

O estudo deste conceito é composto por três dimensões básicas, sendo elas: *polity*, *politics* e *policy* que representam a área institucional, processual e material da política, respectivamente (SCHMIDT, 2008). De acordo com Rua (2009), a palavra

política, *politics*, faz menção a todas as atividades políticas, ou seja, todos os processos políticos que se referem a determinação de objetivos, aos assuntos e às decisões, já o termo *policy* se refere “à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas” (RUA, 2009, p.19) ou seja, desenvolver as políticas públicas. Sendo assim, podemos dizer que *policy* é o resultado de *politics*. Já a palavra *polity* se refere aos “sistemas de governo, estrutura e o funcionamento do executivo, legislativo e judiciário, o aparato burocrático (a “máquina administrativa”), etc.” (SCHMIDT, 2008, p. 2310).

Estas três dimensões são relacionadas e sofrem influência entre si, sendo conceitos fundamentais para a compreensão da estrutura das políticas públicas e de suas agendas.

Levando-se em conta os aspectos mencionados anteriormente, pode-se afirmar que as políticas públicas são provenientes da política, sendo consideradas um ramo da mesma.

De acordo com Souza (2006), a origem dos estudos em relação a política pública teve quatro grandes autores. Em primeiro lugar Harold Laswell que tratou de estudar, ainda em 1936, a chamada *policy analysis*, ou análise de política, que aborda o tema de maneira a aliar a relação do governo e de grupos de interesse com os estudos científicos, desde seus diálogos, formulações e produções. Após, em 1957, Herbert Simon, contribuiu com os estudos a partir do conceito de *policy makers*, ou decisores públicos¹, Simon argumentava que a racionalidade dos decisores públicos deve ser maximizada para um melhor resultado. Em 1959; 1979, Lindblom apresentou a inclusão “de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório” (SOUZA, 2006, p. 24). E por último, David Easton, em 1965, estabeleceu que as políticas públicas poderiam ser vistas como um sistema, que inclui sua elaboração, seus efeitos e o ambiente em que é produzido.

Contudo, não há uma única definição sobre o tema. No entanto, pode-se destacar os conceitos formulados por alguns autores utilizados nesta pesquisa.

¹ Outros autores traduzem como formuladores de política (RUA, 2009).

Segundo Queiroz (2012), a política pública pode ser utilizada para se referir a uma atividade governamental, como um objetivo ou propósito, como uma deliberação de governo, um programa, entre outras formas.

Já a autora Souza (2006), diz em sua publicação que uma das definições mais conhecidas é a de Laswell, que fala sobre o tema da seguinte forma: “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o que, por que e que diferença faz”. A autora ainda acrescenta que as políticas públicas podem explicar a relação entre Estado, política, economia e sociedade.

Schmidt (2008) cita em seu livro as seguintes definições do tema:

- Linn: uma política é um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.
- Peters: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.
- Hecló: uma política é o curso de uma ação ou inação (não-ação), mais do que ações ou decisões específicas.
- Dye: política pública é tudo aquilo que os governos decidem fazer ou não fazer. (SCHMIDT, 2008, p. 2311 e 2312).

Diante do exposto, podemos concluir que não há uma definição específica sobre o que é política pública, mas sim, as suas dimensões, sendo elas gerais ou específicas².

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). [...] Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação. (SOUZA, 2006, p.26)

Este processo citado por Souza (2006), é estudado por diversos autores e reconhecido como as fases das políticas públicas. Fernandez (1996), divide estas fases da seguinte maneira: 1. Identificação do problema e entrada na agenda; 2.

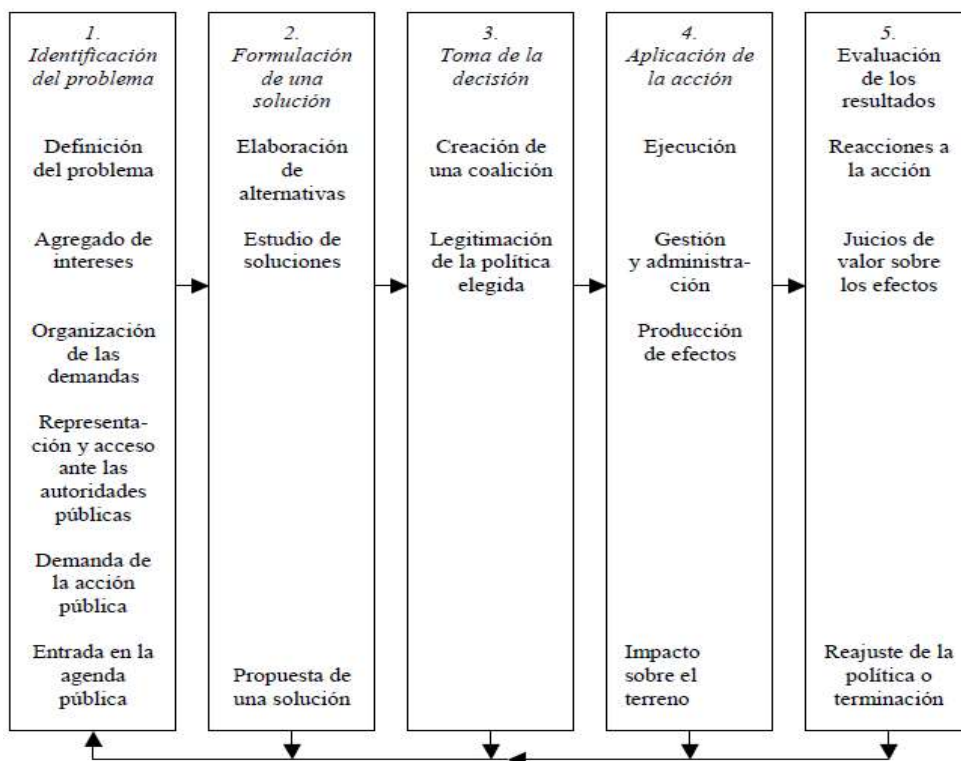
² Theodor Lowi propôs em 1960 uma divisão das políticas públicas por tipo específico, outros autores também contribuíram para esta pesquisa, sendo as seguintes linhas: políticas distributivas, redistributivas, regulatórias e constitutivas/estruturadoras (ver SCHMIDT, 2008).

Formulação de alternativas; 3. Decisão; 4. Implementação; 5. Avaliação. Sendo que o primeiro momento é a resposta da seguinte pergunta: por que certas questões sociais resultam em assuntos públicos e outras não? Neste sentido, a primeira fase é dedicada a identificação e estruturação do problema. Após este reconhecimento, os problemas públicos são escritos na agenda pública, ou seja, representam as prioridades do governo, e neste momento é feita a formulação de uma solução.

A fase dois se refere ao planejamento, ou seja, um método para a ação. Este momento exige muito estudo e preparação dos atores para conhecer de forma profunda o problema em questão e as consequências de cada ação. A fase que segue é responsável por definir uma coalizão e legitimar a política elegida. Após isso, a ação é posta em prática, fase quatro, este momento é fruto de muitos estudos que tentam explicar porque muitas políticas acabam não saindo do papel e até mesmo outras que são postas em prática mas obtém resultados muito abaixo do esperado. Por último, é necessário fazer uma análise dos resultados, fase cinco.

Este processo pode ser melhor visualizado conforme o Quadro 1 que segue:

Quadro 1: Processo das políticas públicas



Fonte: FERNANDEZ (1996, p. 9).

A presente pesquisa é desenvolvida a partir da análise da fase inicial do processo das políticas públicas, ou seja, a formação da agenda. Compreendida como uma fase específica e distinta em relação as demais, visto que é a partir da identificação, estruturação e inclusão do problema na agenda pública que as demais fases se sucedem.

2.2 Formação de agenda pública

A formação da agenda pública é o tema central deste trabalho, na perspectiva que a ONU propôs os ODMs aos países e estes aceitaram incluir programas vinculados a estes objetivos na agenda dos Estados.

Segundo Fernandez (1996), a formação da agenda pública se refere a relação das prioridades governamentais e não supõe uma hierarquia destes temas. Locks (2014), define o assunto como sendo diversos temas em que os governos e pessoas relacionadas a ele centralizam sua atenção em um determinado período de tempo. Outra autora consultada, Viana (1996, p.11), determina a agenda de políticas públicas como um espaço em que se estabelece os problemas, temas e demandas indicados pelos “fazedores” de política ou então que os mesmos foram obrigados a eleger.

O processo da formação da agenda pública se dá através da identificação de certas demandas e inclusão das mesmas como prioridades governamentais³. Porém, para que estas demandas sejam consideradas de fato problemas políticos, elas devem ser reconhecidas pelo governo. Para tanto, é no momento da formação da agenda na qual os problemas e suas respectivas demandas adquirem ou perdem atenção pública. Esta definição de interesses se dá através da interação de diversos fatores, como as ideias, atores, instituições e o governo em si (LOCKS, 2014).

³ De acordo com Rua e Romanini (2013), estas demandas podem ser divididas em: novas, que não houve nenhum outro precedente antes neste contexto; recorrentes, necessidades que já foram trabalhadas antes, porém não obtiveram um resultado eficaz; e reprimidas, problemas que não são reconhecidos na agenda.

Neste contexto, de acordo com Schmidt (2008), a agenda política é uma construção constante, nela são listados os problemas já definidos conforme citado anteriormente⁴. De acordo com o mesmo autor, a agenda não pode ser definida como um arquivo formal ou escrito, mas sim, como uma listagem destes temas considerados importantes. Geralmente a agenda aborda as mesmas questões, mas em um cenário específico (como por exemplo uma crise econômica ou política) ou até mesmo em cada período histórico, são debatidos e incluídos novos temas (como por exemplo as questões ambientais).

Conforme Capella (2005), diversos autores fazem uso de ferramentas, chamadas de modelos de formação de agenda, para aperfeiçoar a análise deste processo. Este tema tem ganho grande destaque na literatura de políticas públicas na atualidade. Estes modelos tentam fundamentar as respostas para as seguintes questões: 'Como uma ideia passa a fazer parte do conjunto de preocupações dos formuladores de políticas, transformando-se em uma política pública?' e 'Como os governos definem suas agendas?'.

O Modelo de Múltiplos Fluxos, de John Kingdon, supõe que a tomada de decisão sobre as agendas públicas é representada pela convergência de três fluxos: os problemas, as políticas públicas (*policies*) e a política (*politics*); já o Modelo de Equilíbrio Pontuado, de Frank Baumgartner e Brian Jones, sugere que há uma tendência de estabilidade nas políticas públicas, apenas com alterações incrementais e que as mudanças em grande escala ocorrem em momentos repentinos (CAPELLA, 2005). A Teoria das Não-Decisões, de Peter Bachrach e Morton Baratz, relaciona a agenda como uma relação de poder, em que nesta perspectiva, os temas que não favorecem determinados atores com certo nível de poder, não são inseridos na pauta; o Modelo da Lata de Lixo, de Michael D. Cohen, James G. March e Johan P. Olsen, que defende que as decisões da política pública são feitas através da interação de diversos problemas e de poucas soluções, isto é, as soluções procuram por problemas. E, por fim, o Modelo de Coalizão de Defesa, Paul A. Sabatier e Hank C. Jenkins-Smith, supõe que a política pública é formada a partir da interação de um

⁴ Muitos autores citam a existência de três tipos de agenda política: (1) agenda não governamental, temas que são reconhecidos pela sociedade; (2) agenda governamental, temas que são tratados pelo governo; (3) agenda de decisão, ou seja, problemas que ingressam na agenda pública e recebem todo tratamento (ROCHA, 2012).

conjunto de subsistemas, que se associam aos assuntos externos, nesta perspectiva se concede uma rede de concepções, que passa a orientar o funcionamento e definir os objetivos das organizações em questão (RUA; ROMANINI, 2013).

Para fundamentar esta pesquisa e analisar a formação da agenda de políticas públicas, foi utilizado a estrutura teórica do Modelo de Coalizão de Defesa (*Advocacy Coalition Framework*). O modelo vem sendo utilizado para analisar este processo com maior enfoque “na dinâmica do sistema político e nas suas instituições como fator explicativo das políticas públicas” (RUA; ROMANINI, 2013, p.29).

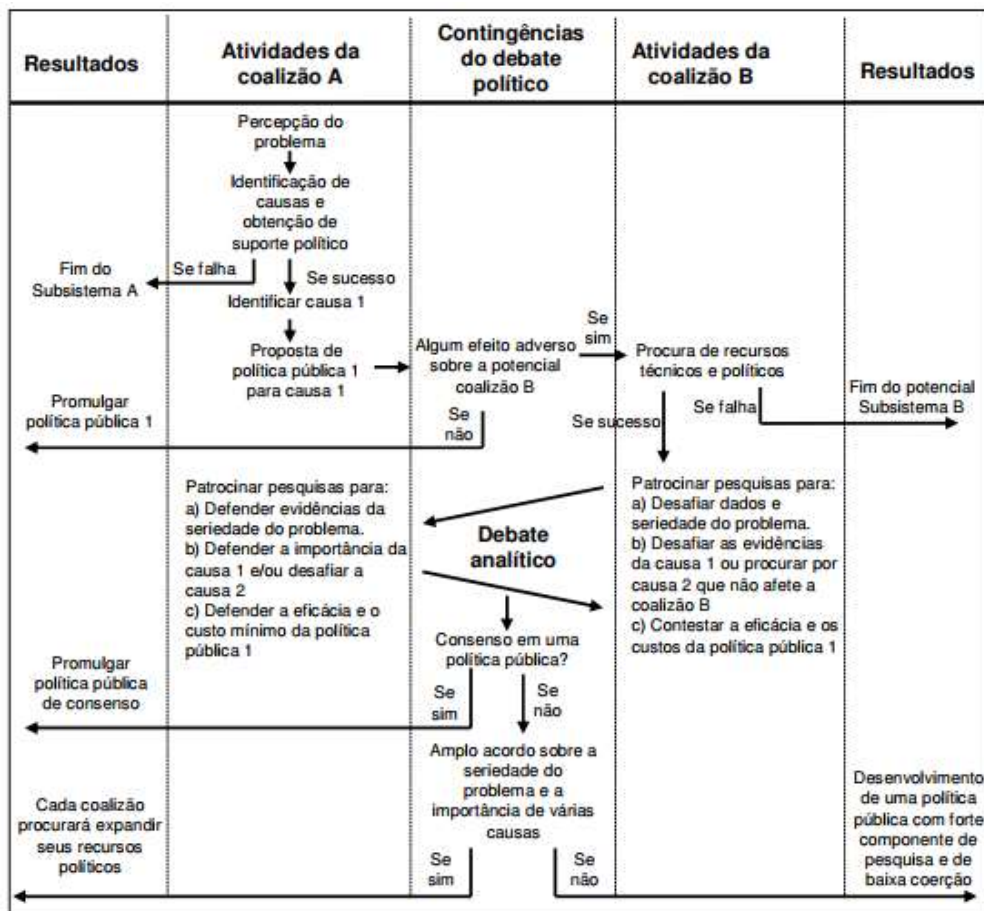
O modelo explica a tomada de decisões pelas organizações, sistemas coletivos, tendo em conta que apenas os indivíduos são capazes de formular intenções. Nesta perspectiva, a teoria foi utilizada com o intuito de identificar a relação da influência da Organização das Nações Unidas, através da agenda propostas pela mesma por meio dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, na formação da agenda de políticas públicas do Brasil e da Argentina. Isto é, identificar se as propostas da ONU foram adotadas pelos países.

2.3 Modelo de coalizão de defesa como análise de formação da agenda pública

O modelo de coalizão de defesa foi desenvolvido e publicado primeiramente por Paul A. Sabatier em 1988, depois disso, teve a cooperação de outros autores na revisão do mesmo. É um modelo que tem como objetivo entender o processo decisório que envolve as políticas públicas, ou seja, a elaboração e as mudanças das mesmas que ocorrem ao longo do tempo (CAPELARI; ARAÚJO; CALMON, 2015). O método tem como enfoque analisar este processo incluindo as crenças, valores e aprendizagem política de cada ator como informações essenciais, neste sentido, a coalizão se dá através do compartilhamento destes conhecimentos entre todos os membros em questão.

Estas informações compartilhadas são denominadas pelos autores como aprendizagem orientada pela política pública (*policy-oriented learning*) e são dadas através de pesquisas e também pela discussão técnica sobre questões cruciais de políticas públicas. Estas discussões geram uma série de opiniões e percepções, que acabam por guiar o andamento e a ordenação do grupo, e posteriormente, por definir os objetivos organizacionais (RUA; ROMANINI, 2013). Os conflitos (ocasionados por diferenças de ideologias) é solucionado através dos estudos técnicos e científicos, o que ocasiona um maior aprendizado e possibilidade de mudanças (BUENO, 2008). Como consequência, o conhecimento técnico sofre alterações ao longo tempo, isto é, evolui, modificando assim as crenças e valores, ou seja, os pensamentos e comportamentos dos chamados *policy makers* o que ocasiona o fortalecimento da coalizão, conforme segue mais abaixo na Figura 1 (OLIVEIRA, 2011).

Figura 1: A dinâmica de *policy-oriented learning*

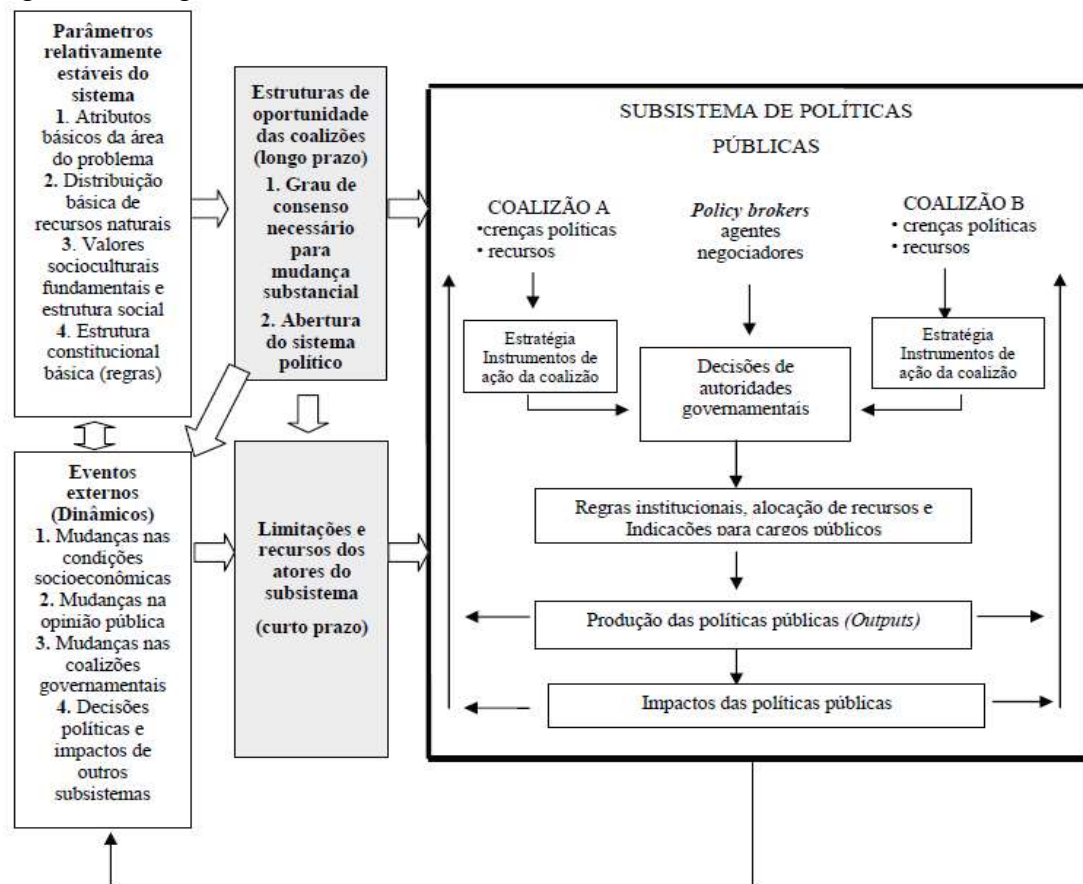


Fonte: BUENO (2008, p. 35).

Este processo de debates e aprendizagens ocorre em um ambiente denominado pelo modelo como subsistema de políticas públicas (Figura 2), proposto por Sabatier e outros pesquisadores. Neste ambiente os atores discutem um assunto específico de caráter de política pública, com o objetivo de demonstrar suas ideias e de influenciar as decisões dos demais. Nesta perspectiva, o processo político é visto a partir de um ambiente de redes e comunidades políticas (OLIVEIRA, 2011).

Vale salientar que além dos agentes oficiais e líderes de grupos de interesses, o modelo de coalizão de defesa também leva em consideração a análise de acadêmicos, jornalistas, demais agentes de governo, entre outros atores especializados que são considerados influentes na formação das políticas (CAPELARI; ARAUJO; CALMON, 2015). Esta característica difere a coalizão de defesa de muitos outros modelos defendidos por cientistas políticos que realizam as suas análises a partir de atores ligados as instituições, como por exemplo o chamado “triângulo de ferro”, que leva em consideração três grupos específicos: legislativo, executivo e os demais grupos políticos diretamente atingidos (OLIVEIRA, 2011).

Figura 2: Diagrama do Modelo de Coalizão de Defesa



Fonte: Vicente; Calmon (2011, p. 4).

As alterações das políticas públicas são consequências de condições internas e externas ao subsistema, conforme ilustrado na Figura 2. Em relação as condições internas, conforme já mencionado, são causadas pela aprendizagem orientada pela política pública. Esta condição se caracteriza por ser de caráter mais duradouro pois incentiva a reavaliação das mesmas.

De acordo com Bueno (2008), entre as condições externas, há fatores razoavelmente estáveis, que dificilmente sofrem alterações em uma década ou mais e, por isso, não incentivam grandes mudanças no subsistema, são elas: as características básicas do problema em questão, a distribuição de recursos naturais, os valores socioculturais, e a estrutura constitucional básica, ou seja, as regras. Há também os fatores externos dinâmicos, sendo eles: as oportunidades que se referem a concordância essencial para as mudanças relevantes e a abertura do sistema político; as mudanças nas condições socioeconômicas, e na coalizão de governo, e

as mudanças de outros subsistemas que acabam impactando no subsistema em questão.

As coalizões têm como objetivo fazer com que seus valores, crenças e interesses sejam refletidos nas políticas públicas. Porém, esta capacidade é estritamente dependente dos recursos financeiros, das regras definidas e propriamente dos atores da coalizão. Estes recursos sofrem alterações com o passar do tempo, com a mudança no orçamento, com novos membros de coalizão e autoridades, e isso reflete na presença da atuação de cada coalizão.

Conforme já disposto anteriormente, a formulação de políticas públicas a partir do modelo de coalizão de defesa destaca os princípios, o conhecimento e a análise como um processo que resulta em mudanças na esfera política, em todas as etapas da política pública e na formação da agenda. Esta realidade também é empregada quando a coalizão em questão é composta por diversos países em busca de um mesmo objetivo. Ademais, em um contexto internacional, o processo de investigação e seleção das questões que são consideradas prioridades tende a ser mais complexo.

Com base na estrutura teórica do modelo de coalizão de defesa, a presente pesquisa analisou o subsistema composto pelas seguintes coalizões: a Organização das Nações Unidas, o Brasil e a Argentina. Em um ambiente em que a organização tem como objetivo fazer com que suas crenças e princípios sejam empregados nas decisões de políticas públicas dos países citados.

3. A ONU E A PROPOSTA DE AGENDA DOS ODMs

Este capítulo procura apresentar brevemente a Organização das Nações Unidas, bem como seus objetivos e princípios para a formação e consolidação dos ODMs.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são explicitados pois são o fundamento desta pesquisa na implementação de políticas públicas nos países citados, para cumprir com os objetivos propostos e atender ao acordado com a ONU. Para tanto, também será apresentado os ODMs e suas diretrizes.

3.1 A Organização das Nações Unidas: seus princípios e concepções

Após o fim da II Guerra Mundial, em 1945, 51 nações, entre elas o Brasil e a Argentina, assinaram a Carta da ONU, documento que deu origem a Organização das Nações Unidas. Este documento descreve os propósitos e princípios da organização, que, de forma geral, foi criada com o objetivo de manter a paz e a cooperação entre as nações (NAÇÕES UNIDAS, 2017). Após o ano de 1960, em que a Assembleia Geral⁵ da ONU declarou a Resolução 1514, referente a Declaração sobre a

⁵ A ONU é composta por seis órgãos principais, a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado (ONU BRASIL).

Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, a organização ganhou um reconhecimento universal⁶. Este processo fez com que a ONU adquirisse novas funções, passando a representar também um “fórum de debate das questões internacionais e o mecanismo universal de cooperação” (CAMPOS, 2010, p. 190). Atualmente, a organização conta com 193 países membros e é financiada pelos mesmos, de acordo com a riqueza e desenvolvimento de cada país. A ONU conta com 26 programas, fundos e agências, cada um possui seu próprio orçamento e autonomia em relação ao estabelecimento de regras e metas (ONU, 2017).

Após uma breve apresentação da organização, a seguir, descreve-se sobre a agenda proposta pela ONU no ano de 2000, com o intuito de dar início a análise da mesma através do modelo de coalizão de defesa nos países em questão.

3.2 Os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) como proposta de ação dos países signatários

No ano de 2000, em Nova Iorque, 147 chefes de Estado e 191 países assinaram a Declaração do Milênio, documento que afirma o compromisso dos mesmos com questões como a paz e segurança, a luta contra a pobreza, o meio ambiente e os direitos humanos, sendo medidas consideradas imprescindíveis para o progresso da humanidade (NAÇÕES UNIDAS, 2000).

Depois de diversas reuniões e fóruns que expressaram demandas de diversas áreas da sociedade, esta declaração deu origem a agenda dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Composto por 8 objetivos voltados a qualidade de vida, sendo eles: (1) erradicar a pobreza extrema e a fome; (2) atingir o ensino básico universal; (3) promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres; (4)

⁶ Este fato representou um grande marco para a organização bem como para o sistema internacional como um todo, visto que foi consequência de diversos acontecimentos, como as pressões diplomáticas causadas pela organização sobre Portugal, para que o mesmo admitisse o direito à autodeterminação e a independência de suas colônias e a admissão de 17 países africanos recém independentes na organização (SANTOS, 2011).

reduzir a mortalidade infantil; (5) melhorar a saúde materna; (6) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; (7) garantir a sustentabilidade ambiental; (8) criar uma parceria mundial para o desenvolvimento (UNRIC). Houve um comprometimento por parte dos líderes de que o mundo teria grandes avanços nas áreas selecionadas até 2015, tendo 1990 como ano base (UNICEF BRASIL, 2017).

A Organização das Nações Unidas (ONU) disponibiliza um guia oficial com a lista dos indicadores, por ODM e meta. Este guia é composto por 21 metas e 60 indicadores, que subdividem os 8 objetivos, conforme ilustrado na Quadro 2, mas cada país tem a possibilidade adaptar estas metas e indicadores de acordo com a sua realidade, necessidade e possibilidade (IPEA, 2014).

Quadro 2: Objetivos, metas e indicadores dos ODM

Meta	Indicadores
Objetivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome	
Meta 1A: Reduzir pela metade a porcentagem de pessoas cujo rendimento é inferior a US\$ 1 por dia.	1.1 Proporção da população que apresenta uma paridade do poder de compra (PPC ⁷) inferior a 1 dólar por dia; 1.2 Índice de intensidade de pobreza; 1.3 Participação dos 20 por cento mais pobres no consumo nacional;
Meta 1B: Alcançar o pleno emprego e assegurar a todas as pessoas, incluindo as mulheres e os jovens, um trabalho digno e produtivo.	1.4 Taxa de crescimento do PIB por pessoa empregada; 1.5 Taxa de emprego; 1.6 Proporção da população empregada ou cujo rendimento é inferior a um dólar PPC; 1.7 Proporção de trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares, com base no emprego total;
Meta 1C: Reduzir para metade a porcentagem da população que sofre de fome.	1.8 Proporção de crianças menores de 5 anos com peso inferior ao normal; 1.9 Proporção da população que não atinge o nível mínimo de consumo dietético de calorias.
Objetivo 2: Atingir o ensino primário universal	
Meta 2A: Garantir que todas as crianças, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo do ensino primário.	2.1 Taxa líquida de escolarização no ensino primário; 2.2 Proporção de alunos que iniciam o 1º ano e atingem o 5º ano; 2.3 Taxa de alfabetização de homens e mulheres entre os 15 e os 24 anos.
Objetivo 3: Promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres	
Meta 3A: Eliminar as disparidades de gênero no ensino primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015.	3.1 Relação entre crianças, de ambos os sexos, no ensino primário, secundário e superior;

⁷ Paridade do Poder de Compra (PPC): é um cálculo da renda nacional bruta que utiliza um conjunto comum de preços internacionais para todos os bens e serviços, para fornecer comparações mais precisas dos padrões de vida (SMITH; TODARO; 2012, tradução livre).

	3.2 Proporção de mulheres com emprego remunerado no sector não agrícola; 3.3 Proporção de assentos detidos por mulheres nos parlamentos nacionais.
Objetivo 4: Reduzir a mortalidade infantil	
Meta 4A: Reduzir em dois terços a taxa de mortalidade de menores de cinco anos.	4.1 Taxa de mortalidade de menores de cinco anos; 4.2 Taxa de mortalidade infantil; 4.4 Proporção de crianças de um ano vacinadas contra o sarampo.
Objetivo 5: Melhorar a saúde materna	
Meta 5A: Reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna.	5.1 Taxa de mortalidade materna; 5.2 Proporção de partos com assistência de profissionais da saúde qualificados.
Meta 5B: Alcançar, até 2015, o acesso universal à saúde reprodutiva.	5.3 Taxa de uso de contraceptivos; 5.4 Taxa de gravidez na adolescência; 5.5 Prestação de cuidados pré-natais (de pelo menos uma consulta para pelo menos quatro ou mais consultas); 5.6 Necessidades não atendidas de planeamento familiar.
Objetivo 6: Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças	
Meta 6A: Deter e começar a reduzir a propagação do HIV/AIDS.	6.1 Prevalência do HIV na população com idades compreendidas entre os 15-24 anos; 6.2 Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco; 6.3 Percentagem da população de 15 aos 24 anos que tem conhecimentos amplos e corretos sobre o HIV/AIDS; 6.4 Relação de atendimento escolar entre órfãos e não órfãos de dez a catorze anos.
Meta 6B: Assegurar, até 2010, o acesso universal ao tratamento contra o HIV/AIDS de todas as pessoas que dele necessita.	6.5 Proporção da população em fase avançada da infecção pelo HIV com acesso a tratamento antirretroviral.
Meta 6C: Deter e começar a reduzir a incidência da malária e de outras doenças.	6.6 Taxas de incidência e mortalidade associadas a malária; 6.7 Proporção de crianças com menos de cinco anos que dormem protegidos por redes mosquiteiras tratadas com inseticida; 6.8 Proporção de crianças com menos de cinco anos com febre que são tratadas de forma apropriada; 6.9 Taxas de prevalência e de mortalidade associadas à tuberculose; 6.10 Proporção de casos de tuberculose detectados e curados no âmbito de tratamentos de curta duração sob vigilância direta.

Objetivo 7: Garantir a sustentabilidade ambiental	
Meta 7A: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a atual tendência para a perda de recursos ambientais.	7.1 Proporção do território terrestre constituído por zonas florestais; 7.2 Emissões de dióxido de carbono: total, per capita e por 1 dólar/PIB (PPC); 7.3 Utilização de substâncias que destroem a camada do ozônio; 7.4 Proporção de unidades populacionais de peixes que estão dentro dos limites biológicos seguros;
Meta 7B: Reduzir a perda de biodiversidade e alcançar, até 2010, uma diminuição significativa da taxa de perda.	7.5 Quantidade de recursos hídricos utilizados; 7.6 Proporção de áreas terrestres e marítimas protegidas; 7.7 Número de espécies ameaçadas de extinção.
Meta 7C: Reduzir para metade a percentagem da população sem acesso permanente a água potável e a saneamento básico.	7.8 Proporção da população com acesso permanente a fontes melhoradas de água potável; 7.9 Proporção da população com acesso permanente a instalações sanitárias melhoradas.
Meta 7D: Melhorar consideravelmente a vida de pelo menos cem milhões de pessoas que vivem em moradias inadequadas, até 2020.	7.10 Proporção da população urbana que vive em favelas.
Objetivo 8: Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento	
Meta 8A: Continuar a criar um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório. Inclui o compromisso de assegurar a boa governação, o desenvolvimento e a redução da pobreza – tanto ao nível nacional como internacional.	Alguns dos indicadores listados serão monitorados separadamente para os Países Menos Desenvolvidos (PMD), África, países em desenvolvimento sem litoral e pequenos Estados insulares em desenvolvimento. <u>Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD)</u> 8.1 AOD líquida, total e concedida aos países menos desenvolvidos, de acordo com a percentagem do rendimento nacional bruto dos doadores da OCDE/CAD ⁸ ; 8.2 Proporção da AOD total bilaterais e por setores que os doadores da OCDE/CAD destinam a serviços sociais básicos (educação básica, cuidados de saúde primários, nutrição, água salubre e saneamento); 8.3 Proporção da AOD bilateral concedida por doadores da OCDE/CAD que não está vinculada; 8.4 AOD recebida pelos países em desenvolvimento sem litoral como proporção ao respetivo rendimento nacional bruto; 8.5 AOD recebida pelos pequenos Estados insulares em desenvolvimento como proporção dos seus rendimentos nacionais brutos (RNB); <u>Acesso aos Mercados</u> 8.6 Proporção do total de importações dos países desenvolvidos (por valor, excluindo armamentos) provenientes dos países em
Meta 8B: Responder às necessidades especiais dos países menos desenvolvidos. Inclui o acesso livre de tarifas e quotas para as exportações dos países menos desenvolvidos; a intensificação do programa de redução da dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE); o cancelamento da dívida oficial bilateral; e Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) mais generosa para os países que estão empenhados em reduzir a pobreza.	

⁸ Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

<p>Meta 8C: Satisfazer as necessidades especiais dos países em desenvolvimento sem litoral e dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento, através do Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e da implementação das conclusões da 22ª sessão especial da Assembleia Geral.</p>	<p>desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos, admitidos livres de impostos; 8.7 Tarifas médias aplicadas pelos países desenvolvidos aos produtos agrícolas e têxteis e vestuário provenientes de países em desenvolvimento; 8.8 Estimativa dos subsídios agrícolas dos países da OCDE como porcentagem do respetivo produto interno bruto (PIB); 8.9 Proporção da AOD destinada ao reforço das capacidades comerciais; <u>Sustentabilidade da dívida</u> 8.10 Número total de países que atingiram o seu ponto de decisão no âmbito da iniciativa a favor dos PPME⁹ e número de países que atingiram o ponto de cumprimento no âmbito da mesma iniciativa (cumulativo); 8.11 Redução da dívida comprometida com iniciativas a favor dos PPME e para o alívio da dívida multilateral; 8.12 Serviço da dívida como porcentagem de exportações de produtos e serviços;</p>
<p>Meta 8D: Tratar, de uma maneira global, os problemas da dívida dos países em desenvolvimento, através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a dívida sustentável a longo prazo</p>	
<p>Meta 8E: Em cooperação com as empresas farmacêuticas, assegurar o acesso a medicamentos essenciais com preços comportáveis, nos países em desenvolvimento.</p>	<p>8.13 Proporção da população com acesso a medicamentos essenciais com preços comportáveis, de forma sustentável;</p>
<p>Meta 8F: Em cooperação com o setor privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em especial nas áreas da informação e das comunicações.</p>	<p>8.14 Assinantes de telefones de rede fixa por 100 habitantes; 8.15 Assinantes de telefones de rede móvel por 100 habitantes; 8.16 Utilizadores da Internet por 100 habitantes.</p>

Fonte: Adaptado com base de International Press Institute (2013).

Nesta perspectiva, os objetivos deveriam guiar as ações dos Estados para o desenvolvimento (NETO; JUNIOR; SILVA, 2015), sendo um plano para proporcionar uma abordagem global e coordenada (NAÇÕES UNIDAS, 2015). Muitos países em desenvolvimento¹⁰ desenharam estratégias nacionais explicitamente orientadas para

⁹ Se refere a Iniciativa para Alívio da Dívida dos Países Pobres Muito Endividados (PPME).

¹⁰ Os países em desenvolvimento tendem a apresentar certas características em comum: baixos níveis de vida e produtividade; baixos níveis de capital humano; altos níveis de desigualdade e pobreza; altos níveis de crescimento demográfico; maior segmentação social; migração rural x urbana; baixos níveis

atingir as metas dos ODM e colocaram esses objetivos entre suas prioridades nacionais. Os ODM fortaleceram a capacidade de produção de estatísticas dos países em desenvolvimento (BARCELLOS; CARVALHO, 2014) e foram inseridos de forma central na agenda de muitos países (IPEA, 2014).

3.2.1 As diversas percepções dos ODM's

Os ODMs foram criados a partir de discursos e debates sobre o desenvolvimento internacional, o que gerou grande consciência popular, apoio ao aumento da ajuda em relação aos temas abordados, e uniu a comunidade internacional em benefício de uma agenda global, tornando-se assim, uma referência central para ajuda e cooperação internacional (HIGGINS, 2013). A proposta dos objetivos forneceu uma estrutura que possibilitou aos países planejar seu desenvolvimento social e econômico, e também aos doadores no sentido de fornecerem auxílio efetivo a nível nacional e internacional (LOMAZZI; BORISCH; LAASER, 2014).

Uma das principais críticas em relação a proposta de agenda dos Objetivos do Milênio é a de que não há um documento ou publicação que justifique e/ou fundamente a escolha dos mesmos, bem como de suas metas e indicadores. De acordo com Barcellos e Carvalho (2014), isto demonstra que as decisões foram políticas, ou seja, originadas de combinações entre países e organização a partir de uma lógica que não foi tornada pública.

Este fato representa uma das características do modelo de coalizão de defesa, ele demonstra que as decisões foram tomadas de acordo com os interesses de cada ator, sendo estes relacionados a suas crenças, culturas e experiências, sem necessitar de um documento que fundamente estas escolhas, apenas a tomada de decisão dos atores da coalizão em questão.

de industrialização; geografia adversa; mercado não desenvolvido; impactos coloniais como instituições pobres e dependência externa (SMITH; TODARO; 2012, tradução livre).

Outra crítica se refere a desvantagem dos países em desenvolvimento em relação aos desenvolvidos no alcance dos objetivos. Este fato pode ser analisado na produção e no monitoramento dos indicadores, que, de acordo com a agenda, devem estar disponíveis para todos os países membros. Este acompanhamento é prejudicado quando se trata dos países mais pobres, pois estes não possuem os recursos necessários para realizar esta tarefa (ATTARAN, 2005). Da mesma forma, o período elegido pela organização para o cumprimento dos objetivos, de 2000 a 2015, foi proposto de forma desigual, visto que, de forma geral, os países menos desenvolvidos necessitam de mais tempo e recursos para alcançar as metas propostas (CLEMENS; KENNY; MOSS, 2007).

Como exemplo desta análise, o autor Jorge Werthein (2006) cita em sua publicação o caso da África, que para cumprir com o objetivo número 1 “reduzir a pobreza pela metade” muitos países teriam que crescer cerca de 7% ao ano, dentro do período elegido. O que torna o cumprimento deste objetivo inviável neste caso. Além disso, em relação ao objetivo número 2 que se refere a universalização do ensino fundamental, o autor cita que muitos países pobres se encontram em um nível tão baixo em relação a educação, que os mesmos teriam que cumprir em 15 anos o que muitos países ricos levaram séculos para alcançar.

A partir desta contextualização, é possível identificar as percepções positivas e negativas em relação aos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. As limitações da proposta de agenda da ONU ficam evidentes, porém, a relevância da mesma no contexto internacional é notória, visto que, ainda que muitos países estivessem em desvantagem, o processo como um todo possibilitou que os mesmos tratassem de temas específicos e com um suporte, ainda que débil, internacional. Nesta perspectiva, é possível questionar se estes temas seriam debatidos nos países em desenvolvimento se esta agenda não fosse proposta.

A agenda dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio é o meio pelo qual se identificou para analisar a influência da ONU nos países em questão, conforme análise presente nos capítulos a seguir.

3.3 O Brasil e a Formação da Agenda de Políticas Públicas a partir do Modelo de Coalizão de Defesa

O Brasil, além de ser país membro da ONU, está entre os 51 países fundadores da organização. Ele possui quatro representações permanentes na mesma, localizadas nos Estados Unidos, Suíça, Itália e França, com objetivo de participar dos processos de tomada de decisão e do trabalho da organização em si. Além disso, estas representações possibilitam acompanhar de perto as propostas de agenda da ONU, obter melhores informações sobre os trabalhos e ampliar a participação do país na organização. Vale salientar que o país já participou de mais de 30 operações de paz da ONU, desde 1948 (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

O trabalho do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) atua no Brasil desde a década de 1960, promovendo projetos e campanhas que visam desenvolver o país de acordo com a sua necessidade. Esta atuação serve de referência para outros Estados, pois suas atividades são desenvolvidas por forte parceria com o governo federal e tem execução em todo o território nacional (MACHADO; PAMPLONA, 2010).

Para o Estado brasileiro, a implementação do modelo de desenvolvimento a partir dos ODM's mostrou efeitos positivos, resultando no cumprimento e inclusive na superação de alguns objetivos. O monitoramento dos ODM's, por meio de grupos estaduais, regionais e municipais responsáveis, teve grande participação de líderes políticos, sociais, empresariais e comunitários. Através destes grupos, diversos seminários foram realizados para mobilizar o país com este desenvolvimento (IPEA, 2014). Além disso, o Governo Federal, com o apoio da PNUD e do setor privado, criou o "Prêmio ODM Brasil", em 2004, com o objetivo de incentivar, valorizar e desenvolver iniciativas que contribuem para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (BRASIL, 2017).

A Agência de Análise e Cooperação em Políticas Públicas, juntamente com o Ministério do Planejamento, a Secretaria-Geral da Presidência da República e com o apoio da PNUD Brasil, lançaram, em 2009, um Guia para a Municipalização dos

Objetivos do Milênio, com o objetivo de ser utilizado como instrumento para os gestores municipais a identificar como contribuir com a melhora da condição de vida da população, através dos ODM's (BRASIL, 2009).

Além disso, no encontro nacional dos novos prefeitos (as) realizado em 2013 foi lançado a Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, como um instrumento de gestão pública, conforme segue na Figura 3. Esta agenda possibilitou aos gestores municipais fácil acesso aos programas federais que auxiliaram no cumprimento dos ODM's. Esta ferramenta facilitou o acompanhamento das metas e indicadores, através de diagnósticos gerados pelo sistema (BRASIL, 2014).

Figura 3: Agenda de Compromissos ODM: 2013-2016

ODM	Política Pública/ Programa	Indicador
 1	Programa Bolsa Família	Nível de cobertura municipal do programa
	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar	Total de agricultores fornecedores
	Proteção Social Básica	Número de atendimentos
 2	Universalizar o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos	Número de matrículas em educação infantil 4 e 5 anos
	Ampliar a oferta de educação infantil	Matrículas em educação infantil até 3 anos
	Oferecer educação em tempo integral nas escolas públicas de educação básica	Número de matrículas em tempo integral
	Atingir as médias nacionais para o IDEB	IDEB - Anos iniciais
 3	Programa de Autonomia Econômica das Mulheres e Igualdade de Gênero	Matrículas em educação infantil até 3 anos
	Pactonacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher	Total de serviços da rede de atendimento à mulher em situação de violência

 4	Atenção Básica à Saúde	Cobertura de atenção básica
	Mortalidade Infantil	% de óbitos infantis investigados
	Programa Nacional de Imunização	Cobertura vacinal com vacina tetravalente (DTP+HIB) em crianças menores de 1 ano
 5	Rede Cegonha 1 - Pré-natal	Proporção de gestantes com sete ou mais consultas de pré-natal/ano
	Rede Cegonha 2 - Partos Normais	Proporção de partos normais
	Rede Cegonha 3 - Mortalidade Materna	% de óbitos de mulheres em idade fértil investigados
 6	Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis - DST e Aids	Proporção de pacientes HIV positivo com 1º CD 4 inferior a 200 cel/mm ³ registrado no SISCEL
	Malária	Índice Parasitário Anual - IPA - da malária
	Dengue	Número de óbitos por dengue
	Tuberculose	Taxa de incidência de tuberculose
 7	Abastecimento de Água	Índice de atendimento urbano de água com rede de abastecimento
	Esgotamento Sanitário	Índice de atendimento urbano de esgoto com rede coletora
	Resíduos Sólidos	% de resíduos recolhidos pela coleta seletiva
 8	Programa Microempreendedor Individual - MEI	Total de MEI existentes
	Esforço Fiscal e a Receita Corrente Líquida	Receita corrente líquida municipal
	Simples Nacional	Quantidade de optantes por município

Fonte: BRASIL, 2013, p.12-13.

Para o entendimento do modelo de coalizão de defesa, é relevante citar, além das questões mais genéricas de tomada de decisão brasileira acerca dos ODMs, as

principais políticas públicas adotadas com diretrizes relacionadas aos objetivos propostos, bem como os resultados obtidos em cada um.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2017), o Brasil cumpriu as metas internacionais e nacionais em relação ao ODM 1 'Erradicar a extrema pobreza e a fome', tendo como base os indicadores elegidos pela ONU. Este sucesso é consequência de uma série de política públicas desenvolvidas pelo governo federal com diversas parcerias. Dentre estas políticas, vale salientar algumas como o Plano Brasil Sem Miséria, lançado em 2011; o Programa Fome Zero, criado em 2003; o Cadastro Único para Programas Sociais, inicialmente implantado em 2001, regulamentado em 2007; o Bolsa Família, lançado em 2003 e o aumento do salário mínimo. Estas políticas públicas resultaram na redução da pobreza extrema de 25,5% em 1990 para 3,5% em 2012, contribuindo assim para o alcance do ODM 1 (PNUD no Brasil, 2017).

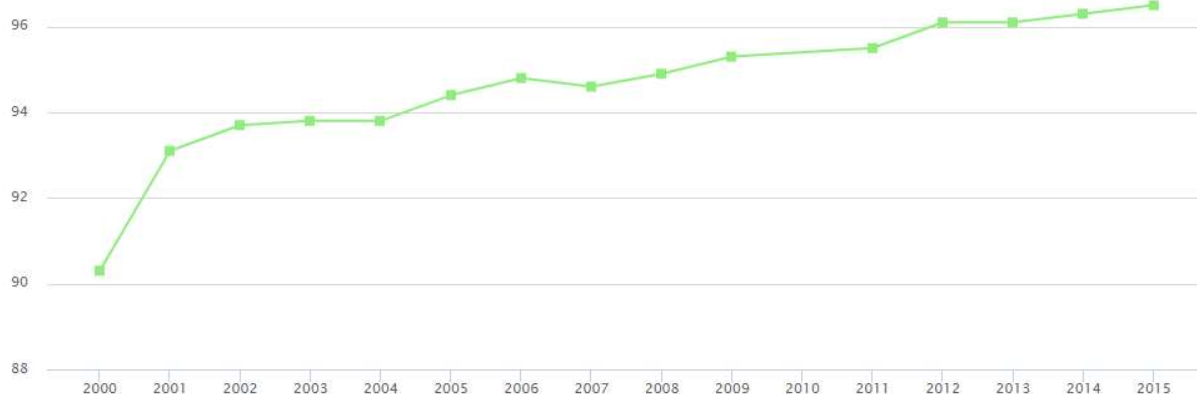
O Programa Bolsa Família também contribuiu para o trabalho do ODM 2, visto que uma das condições para a família receber o auxílio, é a de que haja frequência escolar mínima, sendo estas definidas conforme a faixa etária de cada aluno (BRASIL, 2015). Além disso, podemos citar o Programa Universidade para Todos (Prouni), lançado em 2005; O Programa Mais Educação, o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), todos criados no ano de 2007 (BRASIL, 2015). O PDE engloba diversos programas que tem como objetivo melhorar a educação brasileira, dentre estas ações, pode-se citar a formação de professores, o aumento da arrecadação da União para repasses relativos a educação, a ampliação do prazo para pagamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), a ampliação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia, entre outros (BRASIL, 2017).

Além disso, o valor mínimo a ser investido por aluno representava, em 2006, o montante de R\$ 682,60 e no ano de 2015 o valor estabelecido foi de R\$ 2.545,31 (BRASIL, 2015). E o gasto público do Brasil com educação teve um aumento de 3,95% em 2000 para 5,99% em 2013 (porcentagem do PIB) (DATOS MACRO, 2017). Vale salientar que o Governo brasileiro possui o Plano Nacional de Educação (PNE), que determina diretrizes, metas e estatísticas para a política educacional. O plano surgiu

inicialmente em 1962, passando por diversas mudanças ao longo dos anos. Sendo que em 2014, foi lançada uma nova proposta de agenda para a política educacional a ser cumprida nos dez anos seguintes (PNE, 2017).

Em relação a medição da taxa de escolarização líquida do ensino fundamental, um dos indicadores propostos pela ONU para este objetivo, o Brasil possuía em 2000 uma taxa de 90,3% que passou para 96,5% em 2015, conforme Gráfico 1 abaixo. Esta medida se refere ao número total de matrículas em relação a população total (OBSERVATORIO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2017).

Gráfico 1: Taxa de escolarização líquida do ensino fundamental – Brasil – 2000/2015



Fonte: IBGE/Pnad; Elaborado por Inep/Deed, 2017.

Segundo o relatório de Indicadores de Harmonizados de 2015, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais teve um decréscimo de 13,3% em 1999 para 7,8% em 2015 (IBGE, 2017). Em relação a universalização do ensino primário, de acordo com o mesmo relatório, a taxa de escolarização de crianças de 7 a 14 anos de idade passou de 96,2% em 1999 para 99,3% em 2015.

De acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007 com o objetivo de mensurar a qualidade do aprendizado e determinar metas para melhoria do ensino, as metas esperadas para o ano de 2015 não foram totalmente atingidas, as mesmas representaram: anos iniciais do Ensino Fundamental: meta de 5,2, índice final 5,5; Anos Finais do Ensino Fundamental: meta de 4,7, índice final 4,5; e Ensino Médio: meta de 4,3, índice final 3,7 (INEP, 2016).

O investimento na educação também gerou resultados positivos em relação ao objetivo número 3 “promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres”, proporcionando a ampliação da população feminina na educação escolar (BRASIL, 2014). A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, representava, em 1992, 16,5% para homens e 17,8% para mulheres, este percentual passou a representar, em 2015, 8,1% para homens e 7,6% para mulheres (BRASIL, 2015). A paridade entre os sexos no acesso aos diversos níveis de ensino é possível ser analisada na Quadro 3, conforme abaixo:

Quadro 3: Distribuição de pessoas de 25 anos ou mais de idade de acordo com o nível de estudo e o gênero

Ano	Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade (%)							
	Nível de instrução							
	Sem instrução	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior incompleto	Superior Completo	Não determinados e sem declaração
TOTAL								
HOMENS								
2001	17,3	45,2	9	3,7	14,8	2,5	7	0,5
2015	11,2	32,2	10,1	4,3	26,1	3,9	12	0,1
MULHERES								
2001	17,4	43,9	8,5	3,5	16,2	2,4	7,5	0,6
2015	10,7	29,9	9,2	3,9	27	3,8	15,2	0,2

Fonte: Indicadores Harmonizados 2015 (IBGE, 2017)

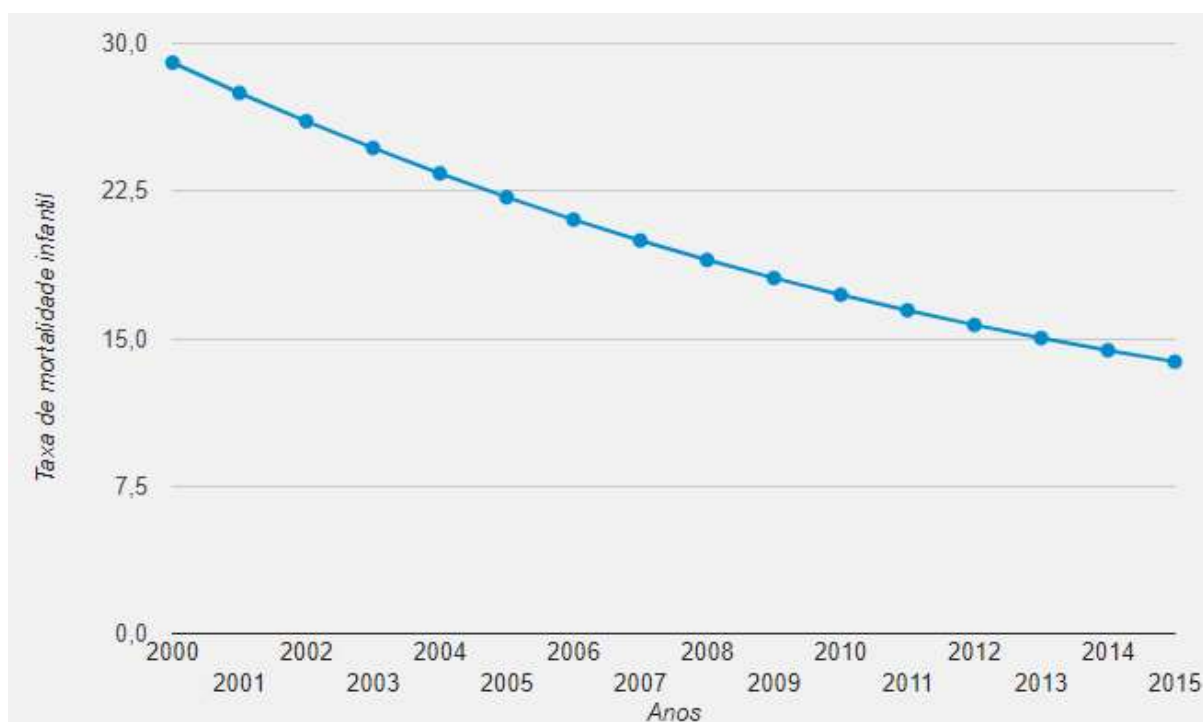
Em relação ao empoderamento da mulher, um marco importante foi a emenda constitucional nº 72, de 2013, que estabeleceu a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os trabalhadores rurais e urbanos (PLANALTO, 2013). Porém, de acordo com o relatório de acompanhamento dos ODMs (2014), alguns direitos ainda necessitam de legislação específica. A eleição, em 2010, da primeira mulher presidenta do Brasil também foi um acontecimento que gerou grande repercussão, porém o número de mulheres na política segue desigual. Em 2000, as mulheres representavam 5,6% das vagas no Congresso, 8,6% no Senado e 4,2% nos

Ministérios, em 2015 estas porcentagens passaram para 9,9%, 16% e 13,3% respectivamente (MAZOTTE, 2016).

Outro marco importante foi a Lei Maria da Penha, lançada em 2006 com o objetivo de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (IPEA, 2014). Também podemos citar o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, criado em 2003; o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, 2007; Programa Mulher, Viver Sem Violência, 2013. Além disso, em 2003 foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres com o objetivo de formular e desenvolver políticas em áreas como defesa do direito das mulheres, políticas de trabalho e autonomia econômica das mulheres, combate a violência, programas na área da saúde, educação e cultura. A secretaria criou diversos programas e ações para desenvolver estas diretrizes, como por exemplo o Programa Mulher e Ciência, lançado em 2005 com o objetivo de estimular a produção científica e a discussão sobre temas relacionados a gênero, mulheres e o feminismo no país. Outro exemplo foi a inserção do debate de gênero no currículo escolar, feito através do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), criado em 2006. (BRASIL, 2015).

Em relação ao objetivo 4 “reduzir a mortalidade infantil”, o governo brasileiro conseguiu reduzir de 29,02% em 2000 para 13,82% em 2015 a taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos, alcançando assim o cumprimento deste objetivo, conforme Gráfico 2 que segue abaixo.

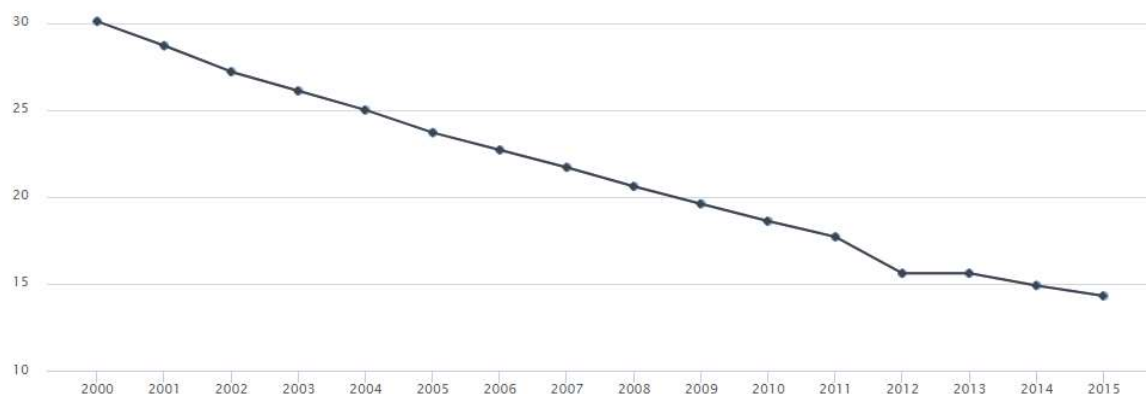
Gráfico 2: Taxa de Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos – Brasil – 2000 a 2015



Fonte: IBGE, População, Taxa de mortalidade infantil, 2017.

Outro indicador proposto pela ONU para este objetivo, a taxa de mortalidade de infância, representou no Brasil um decréscimo de 30,1% em 2000 para 14,3% em 2015, conforme expresso no Gráfico 3 que segue abaixo (OBSERVATORIO DA CRIANÇA, 2017).

Gráfico 3: Taxa de Mortalidade de Infância de 2000 - 2015



Fonte: OBSERVATORIO DA CRIANÇA, 2017.

Um dos programas que auxiliaram neste sucesso foi a cobertura do programa Estratégia Saúde da Família, criado em 1994, que se refere a cobertura populacional estimada de equipes de saúde da família, ou seja, assistência contínua nas necessidades básicas. Além disso, o Brasil possui o Programa Nacional de Imunização (PNI), criado em 1973 com o objetivo de “organizar a política nacional de vacinação, contribuindo para o controle, a eliminação e/ou erradicação de doenças imunopreveníveis” (BRASIL, 2017).

O Programa Nacional de Aleitamento Materno, lançado em 1981 é um dos programas citados no Relatório de Monitoramento dos ODMs de 2014 do Brasil, pois, de acordo com o mesmo, “o aleitamento materno promove a saúde física, mental e psíquica da criança, além de ser uma estratégia que previne óbitos infantis” (p.67). Outra iniciativa citada no relatório para a contribuição no avanço deste objetivo, é a aderência, em 1992, da iniciativa Hospital Amigo da Criança, criada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Além disso, para atender aos cuidados em relação a saúde dos povos indígenas, em 2010, o Ministério da Saúde criou a Secretaria Especial da Saúde Indígena. Também devemos citar a Vacina Tríplice Viral (contra sarampo, caxumba e rubéola), introduzida no calendário de vacinação brasileiro em 1992, sendo obrigatória para crianças aos doze meses de idade (BRASIL, 2017).

O programa da Rede Cegonha, criado em 2011, possui diretrizes relacionadas tanto com o objetivo 4 quanto com o objetivo 5 “melhorar a saúde materna”, visto que é composto por diversas ações que visam “assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis” (BRASIL, 2017, texto digital). Além disso destaca-se o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ), criado em 2011 com o objetivo de “reduzir a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da atenção básica, com garantia de um padrão de qualidade comparável nacional regional e localmente” (BRASIL, 2014, p.7).

Em relação ao objetivo 5, podemos citar as seguintes ações, o Programa Nacional de Qualidade em Mamografia (PNQM), instituído em 2012, a Política Nacional de Atenção Integral a Saúde da Mulher, lançada em 2004, e a Política

Nacional dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos, lançada no ano de 2005. Através da Política Nacional de Planejamento Familiar, criada em 2007, é disponibilizado 8 métodos contraceptivos gratuitos, além da venda de anticoncepcionais a um preço menor na rede “Farmácia Popular” (BRASIL, 2017).

Mesmo assim, o país encontra dificuldades no avanço deste objetivo. No ano de 2000, o número de óbitos de mulheres em idade fértil notificados representava 62.158, e em 2015 este número passou para 63.590 (BRASIL, 2017).

Em 2014 foi lançada a Campanha Nacional de combate ao HPV, oferecendo vacinação gratuita contra HPV nas escolas e em postos de saúde. Esta ação pode ser vinculada tanto ao objetivo número 5 quanto ao 6, “combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças”. Podemos relacionar também o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, criado em 1988, e aprimorado no ano de 2005.

A taxa de detecção de aids no Brasil tem apresentado estabilidade nos últimos 10 anos, com uma média de 20,7 casos/100 mil hab. A taxa de detecção de gestantes com HIV no Brasil apresentou em 2006 2,1 casos/1.000 nascidos vivos e em 2015 passou para 2,7 casos/1.000 nascidos vivos (BRASIL, 2017). Em relação ao combate da malária, de acordo com o Ministério da Saúde (2017), o número de casos de malária em 2000 representava 615.247, este número passou para 143 mil em 2015.

Outra ação citada no Relatório Brasileiro de Acompanhamento dos ODMs (2014), é o Programa Nacional de Controle a Tuberculose criado em 1998, sendo que através deste programa foi lançado no ano de 2014 um novo método para diagnosticar a tuberculose de forma mais simples e rápida, disponível nas redes públicas de saúde (BRASIL, 2015). Além disso, no ano de 2012, o governo brasileiro lançou o Plano Integrado de Ações Estratégicas de Eliminação de certas endemias, com o objetivo de formular ações para eliminar e/ou reduzir certas doenças que tendem a coexistir em áreas da população com condições de vida precária (BRASIL, 2012).

Dentre as ações adotadas pelo Governo Federal do Brasil que contribuem para o alcance dos compromissos relacionados a este objetivo, destacam-se: Plano de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das Doenças Sexualmente Transmissíveis

(DST) entre gays, outro homens que fazem sexo com homens e travestis, criado em 2007; Plano Global para Eliminar Novas Infecções por HIV em Crianças até 2015 e Manter suas Mães Vivas, lançado em 2011 pelas Nações Unidas; a Estratégia Consultórios na Rua, criada em 2011; a Estratégia Saúde da Família e Plano Brasil Sem Miséria, ambos já mencionados anteriormente; o Programa Nacional de Controle da Malária (PNCM), criado em 2003; e o Programa Nacional de Controle a Dengue, 2002.

Seguindo para o objetivo número 7 “garantir a sustentabilidade ambiental”, de acordo com Angel Gurría, secretário-geral da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil reduziu 40% das emissões de gases do efeito estufa de 2000 a 2015 (OCDE, 2015). A taxa de desflorestamento bruto, anual e acumulado, na Amazônia Legal por quilômetros quadrados, em 2000 representava 18,226 e em 2015 6.207 (IBGE, 2017).

De acordo com os indicadores da ONU, outra forma de mensurar o alcance deste objetivo é a quantidade da população sem acesso permanente a água potável e a saneamento básico (meta 7C). Conforme segue no Quadro 4, podemos analisar o percentual de moradores em domicílios de acordo com o abastecimento de água comparando o ano de 2004 com o ano de 2015, que representa uma melhora no acesso a rede geral de abastecimento de água.

Quadro 4: Distribuição percentual de moradores em domicílios particulares permanentes por tipo de abastecimento de água.

Brasil						
Situação do domicílio	Ano x Tipo de abastecimento de água					
	2004			2015		
	Rede geral	Poço ou nascente	Outro tipo	Rede geral	Poço ou nascente	Outro tipo
Urbana	92,0	6,5	1,5	93,5	5,9	0,6
Rural	25,1	58,1	16,8	35,0	53,9	11,2

Fonte: IBGE, 2017.

Outro indicador proposto pela ONU é o percentual de pessoas que possuem acesso ao esgotamento sanitário. O Brasil apresentou uma pequena melhora neste indicativo, conforme podemos analisar no Quadro 5 que segue abaixo.

Quadro 5: Distribuição percentual de moradores em domicílios permanentes pelo tipo de esgotamento sanitário.

Brasil		
Situação do domicílio - Urbana		
Tipo de esgotamento sanitário	Ano	
	2004	2015
Total	100,0	100,0
Rede coletora	54,1	66,5
Fossa séptica	21,9	20,5
Fossa rudimentar	18,1	10,2
Vala	1,4	0,9
Direto para rio, lago ou mar	2,3	1,2
Outro tipo	0,1	0,1
Não tinham	2,1	0,6

Fonte: IBGE, 2017.

Em relação as políticas adotadas para este objetivo, podemos citar as seguintes: Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída em 2010; Programa Pró-Catador e Programa Cataforte, criado em 2003, com o objetivo de incluir estas pessoas na rede de proteção social brasileira; o Programa Minha Casa, Minha Vida, criado em 2009, com o objetivo de proporcionar moradia urbana com condições adequadas à população. O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia legal (PPCDAm), criado em 2004, com o objetivo de “reduzir de forma contínua e consistente o desmatamento e criar as condições para se estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal” (BRASIL, 2017, texto digital). Este programa alcançou a diminuição da taxa de desmatamento em aproximadamente 80%, de 2004 a 2015 (FUNDO AMAZONIA,

2016). Além do Programa de Apoio à Conservação Ambiental – Bolsa Verde, criado em 2011 com o objetivo de

[...] incentivar a conservação dos ecossistemas, entendida como sua manutenção e uso sustentável; promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza que exerça atividades de conservação dos recursos naturais no meio rural; e incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional (IPEA, 2014, p.103).

Ademais, o Brasil possui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído em 2000, com o objetivo de contribuir para a conservação de espécies biológicas, em extinção, preservação e restauração de ecossistemas naturais, além de promover o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2017). No ano de 2012 foi instituído o Plano de Ação Nacional (PAN), que compõem todos os planos de ação para a conservação das espécies ameaçadas de extinção ou do patrimônio espeleológico. Outros programas relacionados a este objetivo: Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) e Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o Programa Nacional para o Desenvolvimento (PAC), e o Programa Resíduos Sólidos Urbanos – Gestão Ambiental Urbana.

A utilização de substâncias que destroem a camada do ozônio é outro indicador proposto pela ONU para mensurar o avanço deste objetivo. Em relação a este dado, o governo brasileiro proibiu, a partir do ano de 2010, a importação dos gases CFCs, substância que destrói a camada de ozônio (BRASIL, 2017).

Em relação ao objetivo 8 “criar uma parceria mundial para o desenvolvimento”, que se refere a iniciativas de assistência e cooperação internacional, podemos citar as principais ações realizadas nesta perspectiva pelo Brasil neste período de tempo. Entre elas, a participação do país na Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), denominada como a Rodada do Desenvolvimento desde seu lançamento, em 2001. A atuação do Brasil no G-20, desde sua criação em 1999. A cooperação sul-sul e no Mercosul. A missão de paz, realizada pelo Brasil no Haiti, que iniciou em 2004. A participação no Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e

Planejamento (Cosiplan) da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), criado em 2009. Atuação na Estratégia Global sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual, lançada pela OMS. E a participação do país no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC.

Conforme exposto por Oliveira (2011) a coalizão se dá a partir do momento em que um ator consegue inserir seus interesses e crenças na decisão dos demais. Isto se reflete, após a contextualização feita, na formação de agenda pública do Brasil a partir da proposta da ONU. Este fato é destacado quando a proposta da organização é levada a uma escala mais profunda, os municípios.

Na mesma perspectiva, o modelo de coalizão de defesa descreve que as alterações na agenda de políticas públicas são decorrentes de questões internas e externas (BUENO, 2008). Este fato se confirma com a análise feita da formação da agenda do Brasil, visto que muitas políticas públicas utilizadas para comprovar o avance nos objetivos, foram criadas antes do ano de 2000, mas sofreram adaptações e qualificações para atender aos ODMs. O que também sugere que as crenças da coalizão em questão coincidem com as crenças propostas pela organização.

Neste processo, também foi possível destacar, conforme Capelari, Araujo e Calmon (2015), a interação de outros atores que não apenas os agentes oficiais do governo. O modelo de coalizão de defesa se relaciona nesta tomada de decisão na medida em que os atores oficiais, chamados “triângulo de ferro” conforme citado anteriormente, consideram a análise e a interação de atores não oficiais na formação da agenda de políticas públicas. Este fato é representado pelo Ipea (2014), tendo em vista que o relatório apresenta a atuação de outros atores e o reconhecimento de outras iniciativas além das públicas. Ação esta que fortalece a coalizão, visto que os atores compartilham as mesmas crenças e interesses (VICENTE; CALMON, 2011).

Ainda, vale salientar que a incorporação dos objetivos na agenda iniciou de forma efetiva a partir do ano de 2009, este fato se relaciona ao modelo de coalizão de defesa na medida em que o modelo propõe que os objetivos são inseridos na agenda de acordo com os recursos financeiros disponíveis, as regras definidas e os atores em questão. Na mesma perspectiva, é possível identificar que o governo brasileiro não adotou políticas públicas da mesma forma para todas as áreas propostas pelos ODM. Nos objetivos relacionados a questão ambiental e a cooperação internacional, não

houveram políticas específicas adotadas para tal na mesma intensidade que dispuseram para os demais objetivos, o que supõem que não foram tratadas como áreas prioritárias para o Brasil.

3.4 A Argentina e a Formação da Agenda de Políticas Públicas a partir do Modelo de Coalizão de Defesa

As Nações Unidas estão presentes na Argentina desde 1948, sendo que o país é membro fundador da organização. Através do Sistema das Nações Unidas na Argentina (SNUA), as agências, fundos e programas trabalham a partir de uma estratégia comum de ação e coordenação que andam junto com as prioridades do país. Este sistema incorpora 17 agências, fundos e programas da ONU, sendo que destes 17, 8 não possuem representação física no país (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

O país também conta com o Marco Estratégico de Cooperação do Sistema das Nações Unidas para o Desenvolvimento com a República Argentina (MECNUD), considerado como o principal instrumento de planejamento estratégico, expõe as prioridades de desenvolvimento nacionais descritas pela SNUA (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

O governo argentino iniciou o processo de adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a partir do ano de 2003¹¹ (PIETRO, 2009). Este marco foi firmado com a publicação, no mesmo ano, do informe “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, Argentina: A oportunidade para seu reencontro” pelo governo argentino.

O país demonstrou a certeza de que os ODMs representariam um marco apropriado para fortalecer os esforços da então gestão política do país (ARGENTINA,

¹¹ Importante ressaltar que entre os anos 2001 e 2002 a Argentina passou por uma crise sócio-econômica, causada pelo modelo político-econômico que o país adotou nos anos 90, por crises externas e pelo rápido crescimento da dívida do país, o que gerou desconfiança de investidores externos no mercado argentino (ver RESICO, 2003).

2010). Para tanto, o governo argentino incorporou um novo objetivo, além dos 8 já propostos pela ONU, o país incluiu a “promoção de postos de trabalho decente” como número 3, totalizando assim, 9 objetivos a serem cumpridos (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

O Conselho Nacional de Coordenação de Políticas Sociais (CNCPS), organismo criado em 2002, responsável por planejar, coordenar e monitorar as políticas sociais do país, estabeleceu uma parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2004. Esta união deu origem ao lançamento, em 2009, do “Guia para contribuir com o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a nível local” (ARGENTINA, 2009). Este guia foi criado com o objetivo de auxiliar a incorporação dos ODMs nos municípios, através de diretrizes e sugestões metodológicas, além de propor possíveis cursos de ação para o alcance das metas (PIETRO, 2009).

No ano de 2012, o CNCPS em parceria com o Programa de Capacitação Eletrônica (PRO-CAE) realizou o curso “Os Objetivos de Desenvolvimento e sua Aplicação na Argentina”. Em 2015, a equipe responsável pelos ODMs no CNCPS lançou o “Guia de Capacitação para equipes governamentais que trabalham nos Objetivos de Desenvolvimento Humano”, baseado no curso realizado anteriormente. Estas ações foram realizadas com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de capacidades institucionais das equipes governamentais que trabalham com os ODMs (ARGENTINA, 2015).

Além disso, em 2014 o CNCPS lançou o guia “Localização dos ODMs: construção das agendas locais (provincial e municipal) ” com o objetivo de auxiliar a implementação dos ODMs tanto no nível estadual quanto municipal (ARGENTINA, 2014).

De acordo com o Informe 2015, a Argentina alcançou o ODM número 1 no ano de 2008. O nível de pobreza passou de 54% em 2003 para 4,7% em 2013, da mesma forma, a população com dificuldade alimentares passou de 28% em 2003 para 1,4% em 2013 (ARGENTINA, 2015). De acordo com CESO (2016), do ano de 2003 a 2015, 33,3% da população deixou a linha da pobreza, no mesmo período, 17,8% da população saiu da linha da pobreza extrema.

Dentre as políticas públicas adotadas neste sentido, destinadas a parte da população que se encontra em situação de vulnerabilidade, podemos citar o Programa Nacional de Segurança Alimentar, criado em 2003, o Plano de Abordagem Integral “Aí, neste local”, criado em 2008, com o objetivo de promover o desenvolvimento social e humano das pessoas, famílias e de comunidades. O Plano Nacional de Segurança Alimentar, criado em 2003, que possibilita o acesso da população em situação de vulnerabilidade social a uma alimentação saudável e variável. O Programa de Educação Alimentar e Nutricional, criado em 2003 (ARGENTINA, 2017). Bem como o Programa de Renda Social com Trabalho, criado no ano de 2009 com o objetivo de criar oportunidades, como postos de trabalho e capacitação, com o intuito de promover a melhoria da qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade (FERNANDEZ, 2012).

De acordo com o Informe de 2015, o programa Pro Horta também contribuiu para o progresso deste objetivo, pois tem como finalidade auxiliar a população e organizações que desejam criar hortas orgânicas nas suas residências ou comunidades. Outra ação citada, foi o aumento da cobertura de pensões não contributivas (ação criada em 1990), com o objetivo de dar apoio econômico a pessoas em situações de vulnerabilidade máxima.

Algumas políticas citadas neste sentido se referem a formação escolar, profissional e ao auxílio na consolidação de empreendimentos, como programas de microcréditos, apoio financeiro e técnico em projetos e a promoção de espaços de participação e organização social. De forma geral essas ações tiveram implementação a partir do ano de 2004 (ARGENTINA, 2015).

De acordo com o Informe 2015, a Argentina teve avanços no objetivo número 2. O gasto público com educação passou de 3,1% em 2004 para 5,8% em 2014 (porcentagem em relação ao PIB). A taxa de alfabetização foi de 96,13% em 1991 para 98,09% em 2015. De 2003 a 2014 a taxa de matrícula no nível secundário aumentou 11,7% e a taxa de matrícula a partir dos 4 anos, teve um aumento de 55,5% entre os mesmos anos. A taxa de alfabetização de mulheres de 15 a 24 anos, em

2001 representava 99,1 e para homens 98,8, em 2014 essa porcentagem passou a representar 99,5 para mulheres e 99,2 para homens¹² (ARGENTINA, 2015).

Este processo foi resultado de um conjunto de leis criadas com o objetivo de incentivar a educação nacional, com diretrizes relacionadas ao salário e fundo de incentivo ao professor e a planos de educação nacional, estas leis surgiram principalmente entre os anos de 2004 a 2008 (ARGENTINA, 2017).

Dentre os programas criados relacionados a este objetivo, podemos citar a Atribuição Universal para Criança (*Asignación Universal por Hijo*), criado em 2009, que se refere a transferência de renda para famílias em situação de vulnerabilidade, sendo que uma das exigências deste programa é que a criança frequente a escola. O Programa de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos, criado em 2003. O Plano “FINES”, criado em 2008, destinado a jovens com idade de 18 a 25 anos que desejam terminar os estudos primários e/ou secundários, o plano permite a conclusão dos estudos de forma semipresencial (ARGENTINA, 2015).

Para os anos iniciais, a Argentina conta com o Programa Nacional de Desenvolvimento Infantil, implementado em 2005. Além disso, em 2010 foi lançado o Programa Conectar Igualdade, que acrescenta a alfabetização digital e garante o acesso a novas tecnologias. Na mesma perspectiva, em 2013 foi criado o Projeto Primária Digital, que propõe reduzir a brecha social, digital e educativa e fornecer equipamentos, recursos tecnológicos nas escolas primárias. No 2014, foi lançada a Lei 27.045 que defini a obrigatoriedade escolar desde os 4 anos e a universalização dos serviços educativos para crianças de 3 anos de idade (ARGENTINA, 2017).

Entre os anos de 2003 e 2005 se sancionaram 3 leis que regulam o financiamento educacional. E vale salientar que a Argentina possui diversos programas de gestão de bolsas de estudos. Podemos citar o programa de Bolsas de Formação no Exterior nas Áreas de Ciências, Tecnologia e Inovação (Becar), criado em 2012.

Um dos indicadores definidos para avaliar o avance em relação ao objetivo de número 3, incorporado pelo governo argentino, é a taxa da população que se encontra desempregada. De acordo com o Informe 2015, a meta referente ao desemprego foi

¹² Não foi encontrado dados estatísticos de 2015 para este índice.

atingida no ano de 2014, sendo que, no ano de 2000, esta taxa representava 15,1% da população, em consequência da crise já mencionada, essa taxa chegou a representar 25% da população argentina em 2001, reduzindo para 7,3% no ano de 2014. O total de empregos registrados teve um aumento de 91% entre o ano de 2002 e 2014. Outro indicador é a taxa de trabalho infantil que, de acordo com o informe 2015, diminuiu 60% de 2004 a 2012¹³ (ARGENTINA, 2015).

Em relação as políticas adotadas, podemos citar os Projetos Socioprodutivos “Mãos à Obra”, criação em 2004 com o objetivo de promover o desenvolvimento de distintas localidades através do impulso de projetos produtivos que fomentem o auto emprego e incorporem a economia de bens e serviços de boa qualidade. O Programa Nacional de Microcréditos “Padre Cajade”, programa de promoção de microcréditos para o desenvolvimento social, criado em 2006. O Monotributo Social, criado em 2004, com o objetivo de facilitar e promover a incorporação de pessoas em situação de vulnerabilidade, na economia formal, a partir do reconhecimento de suas atividades e de sua inclusão como contribuinte. O Plano Nacional de Regulação do Trabalho, com lançado com o propósito de melhorar a efetividade e o impacto das inspeções para verificar se os trabalhadores possuem as condições necessárias para um trabalho decente. O Programa “Mais e Melhor trabalho”, com a finalidade de gerar oportunidades de inclusão social e laboral dos jovens de 18 a 24 anos em situação de vulnerabilidade. O Seguro de Capacitação e Emprego e o Sistema de Formação Continua, ambos criados em 2006. E o Programa de Recuperação Produtiva, criado em 2002 (ARGENTINA, 2017).

Em 2004, a partir da Lei 25.877, se criou o Sistema Integral de Inspeção do Trabalho e da Segurança Social, com o objetivo de melhorar as inspeções relacionadas a esta área, a partir disso, se lançou o Plano Nacional de Regularização do Trabalho. Em 2014, foi criado a promoção do trabalho registrado e prevenção de fraude laboral. Em 2013, se sancionou a Lei 26.844 de regime especial de contrato de trabalho para pessoas de casas particulares, que regulariza o registro das mesmas. Em 2011, se sancionou a Lei 26.727 que regulariza o trabalho de trabalhadores rurais, regendo o contrato de trabalho, os direitos e obrigações, e garantindo a proteção destes trabalhadores e de suas famílias.

¹³ Não foi encontrado dados de 2015 para este índice.

Em relação a cobertura da população desocupada, o programa Atribuição Universal por Criança, já citado anteriormente, também é uma forma de proteção social as crianças cujos pais não trabalham. Além do Programa para Donos (as) de família desempregados, criado em 2002 com o objetivo de garantir uma renda mensal para famílias em que o dono (a) da casa esteja desempregado, e que tenha ao menos 1 filho com menos de 18 anos, um filho com qualquer idade incapacitado, ou que a esposa ou a beneficiária esteja grávida no momento da inscrição.

Sobre o objetivo 4, que se refere a igualdade de gênero e ao empoderamento da mulher, o governo argentino, através do Conselho Nacional das Mulheres, em 2009, criou o Programa de Fortalecimento as Áreas e Organizações da Sociedade Civil Provincial e Municipal da Mulher e o programa Escolas Populares de Gênero, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero (ARGENTINA, 2017). No nível legislativo, em 2008 foi criada uma Banca para as Mulheres no âmbito do Senado Nacional, integrado por todas as senadoras da Câmara. Nesta mesma perspectiva, a Argentina possui a Lei 24.012, criada em 1992, que obriga incluir no mínimo 30% de mulheres nas listas eleitorais para cargos legislativos nacionais. Nesta perspectiva, podemos analisar a representatividade das mulheres na política argentina a partir da Quadro 6 que segue abaixo.

Quadro 6: Participação feminina na Câmara de Deputados e Senadores

PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CAMARA DE DEPUTADOS DA NAÇÃO							
ANOS							
Participação Feminina	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2015
	29,6	33,5	35	40	38,5	37,5	36
PARTICIPAÇÃO FEMININA NA CAMARA DE SENADORES DA NAÇÃO							
ANOS							
Participação Feminina	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2015
	34,7	41,7	38,9	43,1	36,1	36,1	40,3

Fonte: Adaptado com base em ARGENTINA, Informe 2015.

Além disso, através da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, das Nações Unidas, o governo argentino criou o

Comitê para Eliminação da Discriminação Contra a Mulher, criado em 2012. Podemos citar também, neste sentido, a aprovação da Lei 26.485 em 2009, relacionada a proteção integral, a prevenir, punir e acabar com a violência contra as mulheres.

Em relação as políticas aplicadas a promoção da autonomia das mulheres, podemos citar o programa Atribuição Universal para Criança, já mencionado anteriormente, o programa Atribuição Universal por Gravidez (*Asignación Universal por Embarazo*), criado em 2011, e o programa “Elas Fazem”, criado em 2013.

Em relação a igualdade de gênero, foi lançado o Programa Conectar Igualdade, no ano de 2010 com o objetivo de recuperar e valorizar a escola pública e reduzir brechas digitais, educativas e sociais no país. Em 2012, através do INDEC, foi feito a elaboração de um instrumento de diagnóstico sobre a violência de gênero. Além disso, no ano de 2008, através da Lei 26.618, se igualaram os direitos de matrimônio igualitário para casais homossexuais. No mesmo sentido, em 2012 foi aprovada a Lei 26.743 relacionada ao reconhecimento de direito de identidade auto percebida de gênero de cada pessoa. O Ministério do Trabalho também criou, em 2008, a Coordenação de Equidade de Gênero e Igualdade de Oportunidades no Trabalho (CEGIOT).

Partindo para a avaliação do item 5, a taxa de mortalidade infantil da Argentina representava, em 2000, 16,6% e em 2015 9,7% (ARGENTINA, 2015). De acordo com o Informe 2015, o país não alcançou esta meta, ainda que tenha avançado muito. A taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos, outro indicador proposto, representava em 2000 19,3% e em 2014 12,2% (ARGENTINA, 2017). Neste sentido, em 2009 o Ministério da Saúde lançou o Plano Operativo para Redução da Mortalidade Infantil, das Mulheres e dos adolescentes.

Em relação a porcentagem de cobertura da vacinação, a vacina Tríplice Viral (contra sarampo, rubéola, caxumba) teve o alcance de 95% em crianças de menos de 1 ano, em 2014. O Calendário Nacional de Imunizações possuía 19 vacinas de aplicação gratuita e obrigatória, sendo que 13 foram incorporadas a partir do ano de 2003 (ARGENTINA, 2015).

Podemos citar também o Programa Nacional de Fortalecimento da Detecção Precoce de Enfermidades Congênitas, e a Lei 26.279 que obriga todos os

estabelecimentos públicos e privados onde nascem as crianças a realizar as análises para a detecção de 5 enfermidades pré estabelecidas. No mesmo sentido, em 2009 foi criado o Programa Nacional de Reanimação Neonatal, em 2011 e o Programa Nacional de Cardiopatias Congênitas, tendo como objetivo aumentar o número de cirurgias em crianças com cardiopatias congênitas. O Programa Nacional de Desenvolvimento Infantil “Primeiros Anos”, implementado em 2005, com o propósito de promover o desenvolvimento infantil e de quem as cuida, através da implementação de estratégias, oferecer ferramentas e conselhos sobre questões relacionadas ao desenvolvimento infantil.

Em relação ao objetivo 6, a taxa de mortalidade materna representava em 2000 3,5%, chegando a 3,2% em 2013, porém passou a subir no ano de 2015 chegando a representar 3,9% (ARGENTINA, 2015).

Além das políticas já citadas nos itens 3 e 4 que se relacionam com a saúde materna, podemos citar o Programa Nacional de Saúde Sexual e Pro criação Responsável, criado em 2003. O Plano Nascer, criado em 2004, substituído em 2012 pelo Programa SUMAR, tendo como um dos objetivos a cobertura da saúde materna-infantil (ARGENTINA, 2017). Através do Programa Nacional de Saúde Integral na Adolescência, criado em 2006, foi desenvolvido diversas estratégias para garantir o acesso a informação sobre saúde sexual e métodos contraceptivos. O programa Maternidade Segura e Centrada na Família lançado em 2010. E em 2011 se criou o Comitê de Análise, Estudo e Investigação da Mortalidade Materna e Infantil.

Em relação ao combate do HIV/AIDS, a malária e outras doenças, objetivo 7, o governo argentino possui, desde o ano de 2007, a Direção de AIDS e Enfermidades de Transmissão Sexual, através do Ministério da Saúde. De acordo com o informe 2015, a taxa de incidência de AIDS representava em 2000 69% e baixou para 37% em 2015, e a taxa de mortalidade por AIDS representava 3,9% em 2000 passando para 3,5% em 2015. A partir da Lei 25.543 de 2002, o governo argentino tornou obrigatório o teste HIV em mulheres grávidas.

De acordo com o Informe 2015, o país não alcançou o objetivo em relação a tuberculose devido a falta de aplicação das estratégias recomendadas e a falta de aderência de pacientes ao tratamento. Mesmo assim, vale salientar que o Ministério da Saúde criou o Programa Nacional de Controle a Tuberculose, em 2008.

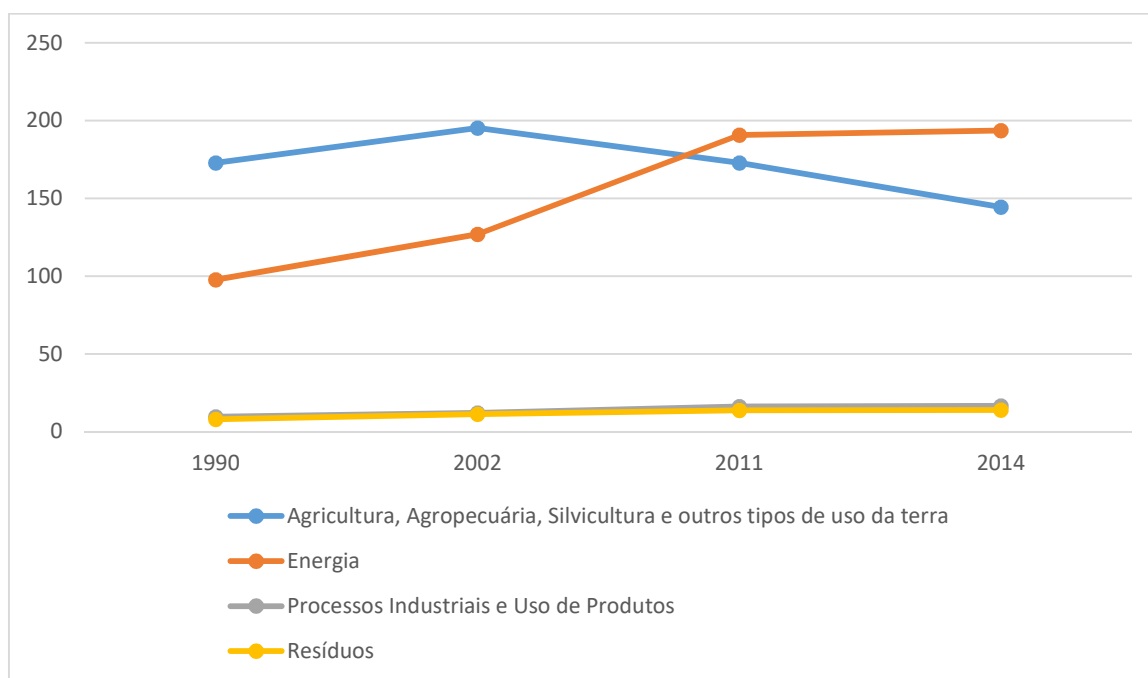
Em relação a doença de Chagas, a Argentina conta, desde 1961, com o Programa Nacional de Chagas. Além disso, o governo lançou o Plano Estratégico Nacional de Chagas 2011-2016 através do Ministério da Saúde. De acordo com o relatório, em 2001 21,05% das províncias argentinas conseguiram interromper a transmissão da infecção de chagas, esta estatística passou para 42,10% em 2014.

Seguindo para o objetivo número 8, o Informe Final de 2015 apresenta que a porcentagem anual total do território protegido para manter a biodiversidade passou de 4,39% em 1990 para 10,79% em 2015. O país lançou o projeto “Corredores Rurais e Conservação da Biodiversidade”, que foi apresentado e aprovado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial. Este projeto possui o componente “3” que estabelece o “Fortalecimento Institucional do Sistema Federal de Áreas Protegidas (SiFAP)”, sistema este criado em 1934 pelo governo argentino (INFOLEG, 2011). Além disso, em 2007 foi aprovada a Lei 26.331 que estabelece os Pressupostos Mínimos de Proteção Ambiental das Florestas Nativas. Ademais, entre o ano de 2002 a 2014 foram aprovadas mais 5 leis relacionadas a proteção ambiental. Em 2015, foi lançado o Plano Nacional de Gestão da Floresta Nativa com Pecuária Integrada (ARGENTINA, 2017).

Em 2002 se criou a Unidade de Câmbio Climático, que passou, em 2009, a ser denominada como o Comitê de Cambio Climático, este organismo lidera as estratégias relacionadas ao tema. Uma das ações adotadas foi a Estratégia Nacional de Redução de Emissões por Desflorestamento e Degradação Florestal 2010-2014. Além disso, a Argentina possui o Fundo Argentino de Carbono (FAC), criado em 2005, com o objetivo de facilitar e incentivar o desenvolvimento de projetos como mecanismo para um desenvolvimento limpo na Argentina.

De acordo com o relatório de 2015, as emissões de gases de efeito estufa representavam 8,37% em 1990, e em 2015 10.56%. Vale salientar, que através da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, os países em desenvolvimento se comprometeram em apresentar o Relatório de Atualização Bienal, contendo os inventários nacionais de gases de efeito estufa, conforme segue abaixo no Gráfico 4 que segue abaixo representando os dados do último relatório apresentado pela Argentina.

Gráfico 4: Evolução de Gases de Efeito Estufa



Fonte: ARGENTINA, Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sustentable, 2017.

Em relação ao tratamento da água e esgoto, em 1991 a porcentagem da população atendida pela cobertura de rede de água representava 68,3% e de esgoto 31,3% (INFORME, 2015). No ano de 2015, esta porcentagem passou a representar 85% e 51% respectivamente (NUÑEZ; MARTÍNEZ, 2015). O Informe 2015 não apresentou nenhuma política adotada para este indicador.

Em relação ao último objetivo proposto, número 9, o governo argentino descreveu algumas ações realizadas no período correspondente que tiveram relação com a proposta de parceria mundial para o desenvolvimento. Dentre elas, podemos citar o Fundo Argentino de Cooperação Sul-Sul e Triangular (FOAR), criado nos anos 90, como um instrumento para promoção e fortalecimento a cooperação técnica internacional. De acordo com o Informe 2015, as relações Sul-Sul e regionais foram intensificadas neste período. Em relação ao MERCOSUL, no período do ano de 2012 em que a Argentina estava a cargo da presidência da organização, foi constituído o Grupo de Cooperação Internacional e foi adotada a Política de Cooperação Sul-Sul. No ano de 2013, o país recebeu a primeira reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Internacional da CELAC.

Um dos pontos ressaltados pelo governo argentino no Informe de 2015 foi a falta de cooperação dos países desenvolvidos em relação aos países em desenvolvimento, para o cumprimento do objetivo 9. Vale destacar ainda que o governo argentino não adotou políticas públicas da mesma forma para todas as áreas propostas pelos ODMs. Nos objetivos relacionados a questão ambiental e em especial a cooperação internacional, não houveram claramente políticas específicas adotadas para tal, o que supõem que não foram tratadas como áreas prioritárias para o país.

O modelo de coalizão de defesa defende que a formação da agenda de políticas públicas se dá através dos interesses de cada ator (CAPELARI; ARAÚJO; CALMON, 2015). A partir disso, e, com base na contextualização feita, é possível destacar que o governo argentino não demonstrou prioridade na agenda proposta pela ONU em princípio, visto que o país adotou a mesma apenas a partir do ano de 2003 (PIETRO, 2009). Porém, seguindo esta perspectiva teórica, é possível identificar que o país iniciou o processo de adoção de políticas públicas para atender os ODMs no mesmo ano de implementação da agenda, o que demonstra uma alteração de interesses do governo argentino (INFORME, 2015).

Estas alterações refletem as informações apresentadas por Bueno (2008) sobre o modelo de coalizão de defesa, na medida em que as mudanças ocorrem por questões internas, causadas pela alteração de pensamento e comportamento resultantes da experiência prática e conhecimento técnico, e externas, como novas oportunidades e abertura do sistema político. Ao passo que, conforme Informe de 2015, o governo argentino adotou, a partir de 2003, um modelo de desenvolvimento com inclusão social, fundamentado nos valores propostos pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que “contrastam fortemente com o regime de acumulação neoliberal dos anos de 1990” (ARGENTINA, 2015, p.17).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, foi possível identificar que a proposta de agenda da ONU foi aderida por ambos países estudados, visto que os mesmos formularam ações, estudos e estatísticas relacionadas aos objetivos propostos. Porém, esta adesão não foi simétrica em todos os objetivos e não cumpriu por completo as recomendações da organização.

Os avanços relacionados as áreas propostas pela agenda dos ODMs ficaram evidentes em ambos os países analisados, mesmo que este progresso não tenha sido regular em todos os objetivos.

A Argentina aderiu a proposta 3 anos após o período determinado pela organização, mesmo assim, além de adotar as recomendações, o país também incluiu mais um objetivo na agenda e no mesmo ano iniciou o processo de formulação de políticas públicas relacionadas aos mesmos. Diferentemente do Brasil, país que aderiu a proposta de agenda no ano de 2000, conforme indicado, porém, as novas políticas públicas adotadas com diretrizes relacionadas aos objetivos começaram a ser lançadas, de forma geral, a partir de 2009.

Este fato sugere que os interesses do Brasil já condiziam com a proposta da ONU, mesmo antes da adoção da agenda. O que difere da Argentina, país que começou a adotar políticas públicas mais representativas e específicas para determinadas áreas após a adesão da proposta da organização. No entanto, ambos os países não demonstraram claramente a tomada de decisão de políticas formuladas

em relação ao objetivo que se refere a “estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento”.

Outro ponto que deve ser destacado é o fato de que o Brasil aderiu a participação de outros atores, não apenas de órgãos relacionados ao governo brasileiro. Isso indica que a proposta de agenda foi adotada não apenas pelos atores oficiais de formação da agenda de políticas públicas, mas também pela comunidade como um todo, incluindo o setor privado e demais organizações. Fato este que difere da tomada de decisão da Argentina, país que se manteve, de forma geral, fechado na formação de agenda aos poderes oficiais.

Por fim, se faz necessário destacar que não foi encontrado nenhum relatório final dos ODMs de ambos os países, bem como todos os indicadores finais do ano de 2015, o que dificultou a análise de dados quantitativa.

Os avanços que o desenvolvimento mundial teve no período compreendido pelos ODMs são evidentes. De acordo com o relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015, lançado pelas Nações Unidas no mesmo ano, o número de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema no âmbito global diminuiu de 1,9 mil milhões em 1990 para 836 milhões em 2015. Da mesma forma, a taxa de alfabetização entre jovens de 15 a 25 anos subiu de 83% em 1990 para 91% em 2015. O número de mulheres que trabalham em postos fora do setor agrícola aumentou 6% em relação a 1990 e as mesmas ganharam espaço parlamentar em quase 90% dos 174 países com dados para os últimos 20 anos. Além disso, a taxa de mortalidade global de crianças menores de 5 anos diminuiu de 90 para 43 mortes por 1.000 nascidos vivos. A mortalidade materna diminuiu 45% a nível mundial. As infecções por HIV representaram uma redução de cerca de 40% em relação a 2000, o número de pessoas com acesso ao tratamento com terapia antirretroviral aumentou significativamente, e mais de 900 milhões de redes mosquiteiros com inseticidas foram fornecidas a países endêmicos da malária na África Subsaariana.

Globalmente, 147 países alcançaram a meta da água potável, 95 países alcançaram a meta do saneamento e 77 países alcançaram ambas. Além disso, a cobertura das áreas terrestres protegidas na América Latina e nas Caraíbas aumentaram quase 15%. Houve também o crescimento de 14% das importações de países desenvolvidos sobre os países em desenvolvimento com isenção de impostos

aduanheiros e o aumento de 37% da população mundial com acesso à internet (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Mesmo com os avanços notórios, os desafios persistem. Conforme descrito no mesmo relatório e já relatado na presente pesquisa, este desenvolvimento foi desigual. Os países mais pobres seguem com amplas limitações em relação ao desenvolvimento, e, causas externas, como alterações climáticas e conflitos, tendem a tornar este processo ainda mais difícil. Nesta perspectiva, vale salientar que no ano de 2015 800 milhões de pessoas ainda se encontravam em situação de extrema pobreza e fome (NAÇÕES UNIDAS, 2015).

Para tanto, com o fim do prazo para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, a ONU propôs uma nova agenda, tendo como base os objetivos anteriores, com o intuito de complementar o trabalho já realizado e responder aos novos desafios. No ano de 2015, 193 Estados membros da organização, dentre eles o Brasil e a Argentina, se comprometeram com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, contendo 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas relacionadas.

Como resultado, e conforme já mencionado, o último capítulo atende ao problema central da presente pesquisa. Pode-se concluir que a ONU, através da proposta de agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, contribuiu na formação da agenda das políticas públicas do Brasil e da Argentina. Ou seja, foi possível analisar a formação da agenda a partir do modelo de coalizão de defesa e a proposta da ONU em relação aos ODMs. E, por fim, fazer uma breve apresentação sobre a nova proposta de agenda da organização.

REFERÊNCIAS

AGENDA PÚBLICA – AGÊNCIA DE ANÁLISE E COORDENAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS. **Guia para a Municipalização dos Objetivos do Milênio**: Referências para a adaptação de indicadores e metas à realidade local. São Paulo, 2009.

Disponível em: <

https://www.cepal.org/MDG/noticias/paginas/2/44322/Guia_de_Municipalizacion_Brasil.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

ARGENTINA. Consejo Nacional de Cooperación de Políticas Sociales. 2017.

Disponível em: <<http://www.politicassociales.gob.ar/>>. Acesso em: 24 out. 2017.

ARGENTINA. Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales. **Guía para contribuir al logro de los Objetivos de Desarrollo del Milenio en el nivel local**: Una herramienta de planificación para el desarrollo local. Buenos Aires, 2009.

Disponível em: <http://www.mercosurabc.com.ar/Guia_ODM.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

ARGENTINA. Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales. **Guía de capacitación para equipos gubernamentales que trabajan en Objetivos de Desarrollo Humano**. 2015. Disponível em: <

http://www.odsargentina.gob.ar/public/documentos/seccion_publicaciones/odm/guia_de_capacitacion_odh.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

ARGENTINA. Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales.

Localización de los ODM: construcción de las agendas locales (provincial y municipal). Buenos Aires, 2014.

ARGENTINA. Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales. **Argentina: Informe Final 2015**. Objetivos de Desarrollo del Milenio. Un camino hacia los Objetivos de Desarrollo Sostenible. Buenos Aires: 2015. Disponível em:

<http://www.odsargentina.gob.ar/public/documentos/seccion_publicaciones/odm/informe_final_2015.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2017.

ARGENTINA. Consejo Nacional de las Mujeres. **Programa de Fortalecimiento Institucional de las Areas Mujer Provincial, Municipal y Organizaciones de la Sociedad Civil**. 2017. Disponível em: <<http://www.cnm.gob.ar/progfort.php>>.

Acesso em: 09 nov. 2017.

ARGENTINA. Equipe das Nações Unidas na Argentina. **Marco de Asistencia de Las Naciones Unidas para el Desarrollo (MANUD), 2010-2014**. 2009. Disponível em: <<https://www.unops.org/SiteCollectionDocuments/Information-disclosure/UNDAFs/Argentina-MANUD-2010-2014.pdf>>.

Acesso em: 18 out. 2017.

ARGENTINA. Ministerio de Ambiente y Desarrollo Sustentable. **Plan Nacional de Manejo de Bosques con Ganadería Integrada**. 2017. Disponível em: < <http://ambiente.gob.ar/bosques/plan-nacional-de-manejo-de-bosques-con-ganaderia-integrada/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

ARGENTINA. Ministerio de Justicia y Derechos Humanos de la Nación. **Información Legislativa y Documental – InfoLEG**. Disponível em: < <http://www.infoleg.gob.ar/>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

ARGENTINA. Ministerio de Salud. **El Programa SUMAR es más Salud Pública**. 2017. Disponível em: <<http://www.msal.gob.ar/sumar/index.php/institucional/programa-sumar-mas-salud-publica>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ARGENTINA. Ministério de Salud. **Estadísticas Vitales Información Básica: 2015**. Buenos Aires: 2016. Disponível em: <http://www.deis.msal.gov.ar/wp-content/uploads/2016/12/Serie5Numero59.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ARGENTINA. Ministério de Salud. **Indicadores Básicos: 2016**. Disponível em: <http://www.deis.msal.gov.ar/wp-content/uploads/2016/12/IndicadoresBasicos2016.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

ARGENTINA. Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. 2017. Disponível em: < <https://www.argentina.gob.ar/trabajo>>. Acesso em: 10 nov 2017.

ARGENTINA. **Objetivos de Desarrollo del Milenio**: Rendición de Cuentas 2010. Buenos Aires: Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales, 2010.

ARGENTINA. Presidencia de la Nación Argentina. **Objetivos de Desarrollo del Milenio, Argentina**: La oportunidad para su reencuentro. 2003. Disponível em: < <http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/milenio/Argentina.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

ATTARAN, Amir. **An Immeasurable Crisis?** A Criticism of the Millennium Development Goals and Why They Cannot Be Measured. Plos Medicine. October: 2005. V. 2. Ed. 10. Disponível em: <<http://journals.plos.org/plosmedicine/article/file?id=10.1371/journal.pmed.0020318&type=printable>>. Acesso em: 28 out. 2017.

BARCELLOS, Frederico C.; CARVALHO, Paulo G. M. d. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM**: Uma avaliação crítica. Rio de Janeiro: Instituto de Geografia e Estatística – IBGE, 2015.

BARCELLOS, Frederico C.; CARVALO, Paulo G. M. d. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM: Uma avaliação crítica. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 222-244, set/dez. 2014.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Interministerial nº 8**, de 5 de novembro de 2015. Disponível em: <
https://www.fnede.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sql_tipo=PIM&num_ato=00000008&seq_ato=000&vlr_ano=2015&sql_orgao=MF/MEC&cod_modulo=9&cod_menu=940>. Acesso em: 29 de out de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório Educação para Todos no Brasil**, 2000-2015. Brasília: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico HIV/Aids: 2016**. v. 48. n. 1. 2017. Disponível em: <
http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/janeiro/05/2016_034-Aids_publicacao.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano Integrado de Ações Estratégicas de Eliminação da hanseníase, filariose, esquistossomose e oncocercose como problema de saúde pública, tracoma como causa de cegueira e controle das geohelmintíases: plano de ação 2011-2015**. Brasília: Ministério da Saúde: 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Rede de Teste Rápido para Tuberculose no Brasil: Primeiro ano de implementação**. Brasília: 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde mais perto de você – acesso e qualidade: Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ): Manual instrutivo**. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Bolsa Família – O que é**. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 23 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Brasil sem Miséria: Apresentação**. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e>>. Acesso em: 24 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único: O que é e para que serve**. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>>. Acesso em: 24 set. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. 2017. Disponível em: <
<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 27 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de Ação para Preservação e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal**. 2017. Disponível em: <
<http://www.mma.gov.br/component/k2/item/616?Itemid=1155>>. Acesso em: 14 out. 2017.

BRASIL. **Municípios Fortes, Brasil Sustentável**. Guia de Apoio para o Alcance das Metas: Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. 2013-2016. Brasília: Imprensa Nacional, 2013. Disponível em: <http://encontrocomprefeitos.portalfederativo.gov.br/arquivos/Agenda_completa.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017.

BRASIL. Observatório da Criança e do Adolescente. 2017. Disponível em: <<https://observatoriocrianca.org.br/>>. Acesso em: 19 out 2017.

BRASIL. **ODM Brasil**. 2017. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em: 13 set. 2017.

BRASIL. Portal da Saúde. **Sistema de Informação sobre a Mortalidade**. 2017. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/mortalidade>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. Portal Federativo – Secretaria do Governo. **União e municípios terão Agenda de Compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2014. Disponível em: <<http://www.portalfederativo.gov.br/noticias/destaques/uniao-e-municipios-terao-agenda-de-compromissos-dos-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em: 29 out 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. 2016. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/a-secretaria>>. Acesso em: 10 out. 2017.

Brasil. Todos pela Educação. **Saiba o que é e como funciona o Plano de Desenvolvimento da Educação**. 2013. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/27690/saiba-o-que-e-e-como-funciona-o-plano-de-desenvolvimento-da-educacao/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

BUENO, Luciano. **Políticas Públicas do Esporte no Brasil**: Razões para o predomínio do alto rendimento. 2008. 296 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2008.

CALMON, Paulo C. D. P.; COSTA, Marcelo M. d.; **Análise de Políticas Públicas no Brasil**: Estudos Sobre a Formação da Agenda Governamental. Rio de Janeiro: XXXI Encontro da ANPAD, 2007.

CAMPOS, João Mota d. **Organizações Internacionais, Teoria Geral**: Estudo Monográfico das Principais Organizações Internacionais de que Portugal é Membro. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

CAPELARI, Mauro G. M.; ARAÚJO, Suely M. V. G. d.; CALMON, Paulo C. D. P.; Advocacy Coalition Framework: Um Balanço das Pesquisas Nacionais. **Administração Pública e Gestão Social**, 7 (2), p. 91-99, abri.-jun., 2015.

CAPELLA, Ana C. N. **Formação de Agenda Governamental**: Perspectivas Teóricas. São Paulo: Universidade Estadual Paulista. In: Caxambu: XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005.

CAPELLA, Ana C. N.; BRASIL, Felipe G. Análise de Políticas Públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos Estudos**. N. 101. São Paulo: 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002015000100057>. Acesso em: 05 nov. 2017.

CENTRO DE ESTUDIOS ECONÓMICOS Y SOCIALES – CESO. **Pobreza e Indigencia em Argentina (2003-2016)**. 2016. Disponível em: <http://www.iade.org.ar/system/files/ceso_pobreza_2016.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2017.

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNRIC. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)**. 2017. Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade>>. Acesso em: 24 set. 2017.

CLEMENS, Michael A.; KENNY, Charles J.; MOSS, Todd J. **The Trouble with the MDGs: Confronting Expectations of Aid and Development Success**. World Development, v. 35. N. 5, p. 735-751, 2007. Disponível em: <http://faculty.ucr.edu/~jorgea/econ181/clemens_etal_wd07.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

DATOS MACRO. **Argentina**. Disponível em: <<https://www.datosmacro.com/paises/argentina>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

DATOS MACRO. **Brasil**. Disponível em: <<https://www.datosmacro.com/paises/brasil>>. Acesso em: 20 out. 2017.

FERNANDEZ, Antoni. **Las Políticas Públicas**. In: BADIA, Miquel C. (ed.) Manual de ciência política. Madrid: Tecnos, 1996.

FERNANDEZ, Juan P. **La implementación del Programa Ingreso Social con Trabajo “Argentina Trabaja” en ámbitos subnacionales**. Buenos Aires: Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento, 2012. Disponível em: <<https://www.cippec.org/wp-content/uploads/2017/03/2421.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2017.

FUNDO AMAZONIA. **Planos de Ação para a Prevenção e o Controle do Desmatamento**, Documento Base: Contexto e Análises, 2016. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/PPCDAm_e_PPCerrado_4_Fase.pdf>. Acesso em: 31 out. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIGGINS, Kate. **Reflecting on the MDGs and Making Sense of the Post-2015 Development Agenda**. Research Report. The North-South Institute, May 2013. Disponível em: <<http://www.nsi-ins.ca/wp-content/uploads/2013/05/2013-Post-2015.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

INDEX MUNDI. **Argentina**. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/argentina/>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

INDEX MUNDI. **Brasil**. Disponível em: <<http://www.indexmundi.com/brazil/>>. Acesso em: 20 out. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasil, 2014. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/publicacao/594/objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio---relatorio-nacional-de-acompanhamento>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: 2014. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/publicacao/594/objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio---relatorio-nacional-de-acompanhamento>>. Acesso em 22 set. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo Escolar 2016**: Notas Estatísticas. Brasília: 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf>. Acesso em: 05 out. 2017.

INTERNATIONAL PRESS INSTITUTE - IPI. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**: Guia de Reportagem. Vienna, 2013. Disponível em: <https://ipi.media/wp-content/uploads/2016/10/GuideToMDGs_Portuguese_webready.pdf>. Acesso em: 20 out. 2017.

LOCKS, Pompilio. Formulação de agenda, políticas públicas e economia solidária no Brasil. **Otra Economía**, v. 8, p. 45-59, jan-jun, 2014.

LOMAZZI, Marta; BORISCH, Bettina; LAASER, Ulrich. **The Millennium Development Goals**: experiences, achievements and what's next. Glob Health Action, 2014. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.3402/gha.v7.23695?needAccess=true>>. Acesso em: 28 out. 2017.

MACHADO, João G. R.; PAMPLONA, João B.; Caracterização e Avaliação do Desempenho do PNUD no Brasil Segundo Sua Estratégia e Forma de Atuação. **Pesquisa e Debate**, SP, v. 21, número 1 (37) pp. 157-184, 2010.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.

MAZOTTE, Natália. **Legislativo é o mais desigual dos três poderes em representação feminina**. 2016. Disponível em: <http://www.generonumero.media/legislativo-e-o-mais-desigual-em-representacao-feminina-dos-tres-poderes/>. Acesso em: 11 nov. 2017.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, p. 7-32, 1999.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Milênio**. Nova Iorque, 6-8 de Setembro de 2000. Disponível em: < <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf> >. Acesso em: 15 ago. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. Naciones Unidas em Argentina. 2017. Disponível em: < <http://www.onu.org.ar/onu-en-la-argentina/quienes-somos/> >. Acesso em: 25 out. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **PNUD explica transição dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pnud-explica-transicao-dos-objetivos-do-milenio-aos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>>. Acesso em: 23 set. 2017.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2015**. New York: United Nations, 2015. Disponível em: <https://www.unric.org/pt/images/stories/2015/PDF/MDG2015_PT.pdf>. Acesso em: 10 set. 2017.

NETO, Reynaldo M. C.; JÚNIOR, Oklinger M.; SILVA, Janaina M. M. d. Indicadores de Desenvolvimento em Agendas Globais: A contribuição dos ODM e ODS na a construção da governança para o desenvolvimento sustentável. In: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/viewFile/13362/2528>>. Acesso em: 29 set. 2017.

NUÑEZ, Jorge A.; MARTÍNEZ, Daniel O. Cobertura de los Servicios de Agua y Saneamiento A Nivel Nacional: Estimación de las Inversiones Necesarias para su Expansión. Cámara Argentina de la Construcción: Jul. 2015.

NYE Jr., Joseph S. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**, São Paulo: Editora Gente, 2009.

OLIVEIRA, Ana P.B.V. d. **As Mudanças na Política de Saneamento em Belho Horizonte no Período 1993-2004**: Uma análise a partir do modelo de coalizão de defesa. Tese (Doutorado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos). Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO - OCDE. **Lançamento da Revisão de Desempenho Ambiental do Brasil da OCDE**. 2015. Disponível em: < <http://www.oecd.org/fr/bresil/lancamento-da-revisao-de-desempenho-ambiental-do-brasil-da-ocde.htm> >. Acesso em: 26 out. 2017.

PIETRO, Luis d. Localización de los Objetivos de Desarrollo del Milenio en Argentina. **Mercosur ABC**, 12 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.mercosurabc.com.ar/nota.asp?IdNota=2201&IdSeccion=2>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. E-book. Disponível em: < <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf> >. Acesso em: 20 ago. 2017.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD no Brasil. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). 2017. Disponível em: < <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015/sdg-overview1/mdg1.html> >. Acesso em: 28 set. 2017.

QUEIROZ, Roosevelt B. **Formação e gestão de políticas públicas**. 1 ed. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em: <<http://univates.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788565704236/pages/5>>. Acesso em: 06 set. 2017.

RESICO, Marcelo F. Entendiendo la crisis argentina: lecciones y oportunidades para el futuro. **Revista Valores en la Sociedad Industrial**. Año XXI, n. 57, jul. 2003. Disponível em: <http://www.uca.edu.ar/uca/common/grupo83/files/Argentina_Economia_Instituciones_y_Etica.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.

ROCHA, Heber S. **Formação de agenda de políticas públicas de juventude no Governo Federal de 2002 a 2005**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. 2012.

RUA, Maria d. G. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

RUA, Maria d. G.; ROMANINI, Roberta. **Para Aprender Políticas Públicas**. Unidade VII: Teorias e Modelos de Análise Contemporâneos de Políticas Públicas. Brasília: IGEP, 2013. Disponível em: < http://igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_08.pdf > Acesso em: 10 set. 2017.

SANTOS, Aurora A. A ONU e as Resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960. **Revista Relações Internacionais**, Lisboa, n. 30, jun. 2011. Disponível em: < http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000200004 >. Acesso em: 14 set. 2017.

SCHMIDT, João P. Para entender as políticas públicas: aspectos conceituais e metodológicos. *In: Direitos Sociais e políticas públicas: desafios contemporâneos*. Tomo 8. Org. Jorge Renato dos Reis e Rogério Gesta Leal, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

SMITH, Stephen C.; TODARO, Michael P. **Economic Development**. 11. ed. Boston: Pearson, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

UNICEF BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9540.htm>. Acesso em: 08 out. 2017.

VIANA, Ana L. Abordagens Metodológicas em Políticas Públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.30, n. 2, 1996, pg.5-43. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8095/6917>>. Acesso em: 10 set. 2017.

VICENTE, Victor M. B.; CALMON, Paulo C. D. P. A Análise de Políticas Públicas na Perspectiva do Modelo de Coalizões de Defesa. Rio de Janeiro: XXXV Encontro da ANPAD, 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APB2163.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

WERTHEIN, Jorge. **Objetivos do desenvolvimento do milênio – sonhos ou desafios?**. In: Projeto linha direta: em benefício a educação. Vila Velha: Hoper, 2006.